



David Sampaio Barbosa

HISTÓRIA DE UMA PRESENÇA EM PORTUGAL

Missionários do Verbo Divino

Índice

Apresentação	2
Início da fundação	3
A construção dos novos seminários	10
A formação humanista e espiritual dos alunos	18
Os irmãos e a sua formação	24
Noviciado e Seminário maior	26
Factores formativos e acontecimentos identificadores da Congregação	28
<i>O elemento cénico</i>	28
<i>Vivência e prática do dinamismo missionário</i>	30
<i>As primeiras ordenações</i>	31
<i>A abertura da missão de Luanda</i>	32
A Associação dos Antigos Alunos do Verbo Divino	35
A base económica da Região/ Província	37
Verbitas portuguesas na fronteira da Missão	40
Pulsações de uma Província	42

Apresentação



Foi há quase 53 anos que em Tortosendo um grupo de padres e irmãos da Congregação do Verbo Divino deram início a uma presença verbita em terras de Portugal.

Esse grupo inicial, em condições difíceis, deu-se a uma respeitável itinerância fundacional com intuitos claros de formar novos missionários para a acção evangelizadora da Igreja. No decurso duma década, estabeleceram-se em três regiões do país – Beira Interior, Minho e Estremadura. Captaram rapidamente a riqueza do carácter das gentes da sua implantação. Cultivaram uma proximidade com a população beirã que de há muito timbrava em oferecer filhos e filhas a Institutos de consagração. Com o povo do Norte, profundamente religioso e alegre, onde o devocional e o romeiro acontecem em alegria contagiante, soube aquele grupo de verbitas entrar num processo de empatia que se irá repercutir em muitos na sua forma de estar e de ser. O Seminário de Fátima, como terceira fundação portuguesa, foi o culminar duma peregrinação que anos antes se iniciara na Cova da Beira. Ali, na Cova da Iria, naquele polo de intenso significado religioso, se agregava a Congregação do Verbo Divino à alma portuguesa que há décadas se habituara a ver no Santuário de Fátima um dos “atalhos” nos insondáveis caminhos de Deus.

Aqui, nesta brochura, se deixa notícia do muito que aconteceu nas casas e comunidades que os verbitas abriram em Portugal. A deslocação para Angola e a fundação da casa de Lisboa teve muito a ver com o espírito dinamizador que então persistia na comunidade verbita de Portugal. Estamos perante um apontamento histórico de quem viveu parte do período aqui referido. Trata-se duma primeira abordagem que se completará num futuro próximo com um estudo mais abrangente e mais demorado. De todos os modos, as referências cronológicas aqui referidas não resultam de uma memória pontual, mas de documentação disponível, esparsa pelas diversas casas da Província dos Missionários do Verbo Divino.

O que hoje aqui se apresenta, no seu todo, é uma palavra de admiração por quem veio e se dedicou a esta Província. A onomástica referida e a ilustração figurativa deixam de fora, infelizmente, tantos a quem, na acção e no mérito, de igual forma nos sentimos devedores.

Aquilo que somos, e nos propomos fazer, decorre em parte duma respeitável tradição que do passado transportamos; os avanços inovadores que formos capazes de empreender, serão também expressão desse respeitável legado que a todos os títulos nos prezamos em manter vivo como dom e semente dum futuro digno de Deus e dos homens.

David Sampaio Barbosa

Início da fundação

A Congregação do Verbo Divino (Missionários do Verbo Divino) foi fundada na Holanda, Steyl, pelo P. Arnaldo Janssen, sacerdote da diocese de Muenster, Alemanha, no dia oito de Setembro de 1875.

O início do novo Instituto enquadrou-se num ambiente histórico particularmente rico na forma como o cristianismo europeu respondeu então aos novos apelos da missão da Igreja.

O ritmo acelerado da industrialização no séc. XIX e o antagonismo político entre alguns países europeus determinaram a emergência de novas zonas de influência na África e no Extremo Oriente.

A informação que dessas latitudes chegava ao velho continente passa a gerar uma vaga de fundo no sentido de se proceder a uma missão imediata dessas populações longínquas. A ideia, trabalhada por alguns boletins diocesanos e outra imprensa ligada à igreja, gerou um movimento englobante de forte consciência missionária. De forma orgânica e organizada, vários institutos masculinos e femininos, de recente fundação, assumiram como tarefa prioritária a missão desses povos não batizados.

Arnaldo Janssen, nascido em cinco de Novembro de 1837, após a ordenação sacerdotal (15/08/1861), deixou-se tocar pelo espírito de abertura que então se sentia por uma Igreja não confinada às ancestrais fronteiras do passado.

Informado do que estava a acontecer nos países vizinhos (França e Itália), julgava ter chegado o momento de a Igreja alemã responder também aos novos apelos da Missão. A intuição era louvável; a concretização irá conhecer adversidades, próprias dum percurso fundacional; umas vieram da própria natureza do projecto; outras prenderam-se mais com o ambiente político-eclesiástico do momento.

De facto, a política alemã não ia de feição aos legítimos interesses da Igreja. Num contexto de hostilização latente à Igreja, viu-se obrigado Arnaldo Janssen a empreender a travessia da fronteira alemã para dar início à fundação da Congregação do Verbo Divino na pequena localidade holandesa de Steyl.

Será com um pequeno grupo de colaboradores que, de forma persistente, dará vida a um projecto e sensibilizará uma população considerável para a obra missionária da Igreja. Passados apenas quatro anos (1879), envia já os dois primeiros verbitas para a China. E antes de terminar o século XIX, já os missionários do Verbo Divino se encontravam na China, Togo, Nova Guiné, Argentina, Brasil e Equador.

Nas primeiras décadas do século XX, houve a preocupação de abrir novas casas por forma a agregar outros países e povos à tarefa evangelizadora da Igreja. Esse dinamismo persistente até à morte do fundador (15 de Janeiro de 1909) foi, felizmente, continuado pelos seus filhos espirituais.

A resposta generosa da juventude europeia permitiu um trabalho sustentado nos primeiros territórios de missão verbita e a abertura de novos campos que urgiam a presença da Igreja missionária.

A deslocação da Congregação para o território de Moçambique enquadrou-se no dinamismo de expansão verbita que se vivia naquele início do século XX. A aceitação daquela

missão aconteceu num período particularmente difícil da missionaçãõ portuguesa nos territórios ultramarinos.

A implantação da República em 1910 e a política de hostilizaçãõ à Igreja e aos religiosos que se lhe seguiu tiveram repercussões negativas em Portugal e nos territórios do antigo ultramar português. A saída compulsiva dos missionários jesuítas das margens do Zambeze, Moçambique, levou a Congregaçãõ da *Propaganda Fidei* a interessar-se por aquela vasta área de missãõ.

Após consultas demoradas a vários Institutos para a retoma do trabalho deixado pelos jesuítas naquele território moçambicano, a escolha recaiu sobre os missionários do Verbo Divino. Sem perda de tempo, deslocou-se para lá, em 1911, o primeiro grupo de padres e irmãos. O número foi aumentando progressivamente. Infelizmente, aquando da primeira guerra mundial (1914-1918) e da declaraçãõ de guerra da Alemanha a Portugal (09/03/1916), os 15 padres e 11 irmãos, quase todos de nacionalidade alemã, foram levados compulsivamente para Portugal (1917) e confinados em prisãõ domiciliária na vila de Peniche, permanecendo ali até à conclusãõ do tratado de Versalhes (1918).

Várias alegações foram assacadas a esse grupo de missionários. Nada se pôde comprovar. Infelizmente, dessa forma se punha termo a uma das missões mais promissoras do vale do rio Zambeze.

A Congregaçãõ do Verbo Divino, nos poucos anos de permanência em Moçambique, apercebeu-se dos aspectos positivos que uma fundaçãõ em Portugal poderia trazer para as várias frentes da missionaçãõ verbita.

A ideia duma implantaçãõ na metrópole ganhou alguma consistência pelos fins dos anos trinta. A década precedente tinha sido duma extraordinária expansãõ na Europa central. Essa vitalidade traduziu-se num confortável número de membros que ultrapassou largamente a cifra de quatro mil padres e irmãos. No entanto, a política do Nacional Socialismo na Alemanha e o início da segunda guerra mundial (1939) tiveram incidências negativas na persistência desse crescimento. Nessas circunstâncias, fez estrada a ideia dum possível alargamento verbita à península ibérica. O segundo conflito mundial (1939-1945), particularmente gravoso para uma congregaçãõ de matriz alemã, atrasou a iniciativa.

Com o termo da guerra, entre outras iniciativas, priorizou-se a abertura de casas em Espanha e Portugal. Para o território nacional, razões linguísticas e proximidade cultural aconselhavam a entrega da iniciativa a verbitas sediados no Brasil. Assim aconteceu.

A frente ibérica foi preparada de forma diferenciada para os dois territórios. Para Espanha, responsabilizaram-se os confrades da Argentina; para Portugal, entendeu-se recorrer aos confrades do Brasil. A coordenaçãõ desses projectos terá o empenho atento da Cúria geral. A proximidade territorial e linguística serão factores de apreciável ajuda e solidariedade recíprocas no percurso inicial das duas implantações.

Para a fundaçãõ portuguesa, como já foi referido, tudo começou pelos anos trinta. O P. Grendel, superior geral da Congregaçãõ (1932-1947), aproveitando uma deslocaçãõ a Portugal do conhecido antropólogo P. Guilherme Schmidt, no mês de Setembro de 1940, onde iria proferir uma conferência num simpósio programado para a cidade do Porto, pediu-lhe para fazer um pouco de prospecçãõ em ordem à viabilizaçãõ duma presença verbita em Portugal.

O P. Guilherme Schmidt, uma vez ali, contactou o bispo do Porto, D. António Augusto de Castro Meireles, e o cardeal de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Os dois prelados sugeriram-lhe como local mais apropriado o Norte ou o Nordeste de Portugal. Para essa iniciativa fundacional, pôde perceber desses primeiros contactos que conviria envolver confrades brasileiros. A suspeição latente sobre os protagonistas da guerra em curso aconselhava, de facto, a vinda de confrades de países neutrais. Essas sugestões foram discretamente referidas ao P. Superior Geral.

Decorrente disso, ponderou-se em Roma a melhor estratégia a adoptar nesse sentido. Passados alguns meses, contactou-se a província do Brasil para dispensar já para o ano de 1941 o P. Geraldo de Proença Sigaud; pedia-se àquele confrade brasileiro uma deslocação a Portugal para encontrar um local onde se pudesse dar início a uma fundação verbita portuguesa. O desiderato romano só foi concretizável após o termo da guerra na Europa.

O P. Geraldo Sigaud reunia, de facto, as melhores condições para o desempenho dum tal projecto. Para além da nacionalidade e proximidade de cultura, era também já um conhecedor da mentalidade europeia. Os anos de estudo de teologia dogmática na Universidade Gregoriana (Roma) abriram-lhe, efectivamente, perspectivas de internacionalidade.

Desembarcou em Lisboa no ano de 1946. Dali dirigiu-se ao Porto e hospedou-se na casa dos padres capuchinhos. Rapidamente se apercebeu que a zona a privilegiar deveria ser a Beira interior, mais concretamente o território da diocese da Guarda. As referências sobre o bispo local, D. José Alves Matoso (1914-1952) não podiam ser melhores. O primeiro encontro com o prelado foi auspicioso. “Venha quanto antes, pois já sou idoso e queria ver essa fundação na minha diocese”. A partir da Guarda, iniciou inúmeros contactos na procura duma propriedade espaçosa que fosse capaz de acolher e sustentar a primeira comunidade verbita. As perspectivas eram encorajadoras. Dentro dum sóbrio optimismo, empreendeu uma deslocação a Espanha para contactar os confrades verbitas que tinham feito experiências de percurso bastante similares.

Essa rede de contactos foi subitamente interrompida. O P. Geraldo de Proença Sigaud, após alguns meses de permanência em Portugal, recebe a notícia (Outubro de 1946) da sua nomeação episcopal para a diocese de Jacarezinho (Brasil). Regressa ao Brasil sem ter em seu poder qualquer promessa de compra e venda.

Não foi fácil recomeçar o projecto deixado pelo P. Geraldo. Foram praticamente dois anos de espera. Estava-se no fim do generalado do dinâmico P. Grendel. Em Roma as atenções estavam viradas para o sétimo capítulo geral (22/09/1947) que deveria eleger o novo superior geral (08/10/1947). Dele dependeria a prossecução de dinâmicas anteriormente assumidas. O novo Geral, P. Aloísio Kappenberg, não alterou o projecto da fundação portuguesa. A permanência do P. Grendel no novo conselho geral foi, certamente, garantia importante para a continuação de iniciativas do mandato anterior.

O novo conselho geral insistiu de novo com os confrades do Brasil para dispensarem alguém que pudesse retomar a fundação portuguesa. Desta vez, a escolha recaiu sobre o jovem P. Caio Mário de Castro que chega, efectivamente, ao porto de Lisboa no dia 5 de Agosto de 1948.

Com as referências que recebera de D. Geraldo Sigaud e instruções superiores recebidas em Estella (Espanha), dirigiu-se o P. Caio à Guarda onde se encontrou com o bispo local. A partir dali, com a benevolência da autoridade eclesiástica, desdobrou-se em contactos na

mira de encontrar uma propriedade rústica capaz de acolher um grupo de seminaristas e que suportasse minimamente os gastos normais daquela iniciativa.

Após dois meses de intensa procura, desceu à cova da Beira e hospedou-se na casa dos Jesuítas da Covilhã. Sob a orientação daqueles filhos de Santo Inácio, de quem guardará as melhores recordações, acabou por inclinar-se pela compra duma quinta, sita na localidade do Tortosendo, conhecida por Quinta do Prazo, que era pertença da família Tarouca. No fim desse ano de 1948, em 27 de Dezembro, obtém também licença do bispo da Guarda para erigir uma escola apostólica na referida propriedade.

A proposta foi rapidamente apresentada a Roma; passado um mês, acordou-se na transacção; uma transferência bancária, proveniente de Chicago, permitiu a compra e a elaboração da escritura (29/01/1949) que deu posse efectiva da quinta à Congregação do Verbo Divino.

Após a compra, dois objectivos preocuparam o P. Caio: o arranjo possível da casa para acolher condignamente os primeiros seminaristas e a promoção vocacional pelas escolas da região para assegurar um número suficiente de alunos para a abertura do primeiro ano lectivo já no Outono de 1949. As obras incidiram sobre a residência rural da família Tarouca e outros cómodos ligados à exploração daquela propriedade agrícola. No edifício central fizeram-se divisórias que permitiram a arrumação de quartos para os padres, a instalação duma capela e um espaço de refeitório para a comunidade. Num pavilhão anexo que em tempos servia para vacaria, arrumos e cobertura das colheitas dos campos, fizeram-se salas de aulas e estudo, refeitório, dormitório, lavabos e outros espaços reservados à higiene dos alunos. A simplicidade das inovações introduzidas condizia com o ambiente envolvente e a generalidade do grupo de alunos que fez parte daquela comunidade.

A chegada do P. Lúcio Ribeiro Brandão do Brasil no dia 17 de Setembro daquele ano foi de óptima ajuda na prossecução daquelas duas prioridades. Com muita tenacidade, e apenas com alguns dias de atraso em relação à data prevista, abriu-se, efectivamente, no dia 14 de Novembro de 1949, o ano lectivo com os primeiros seminaristas portugueses que entraram na Congregação.

A simplicidade e a elevação como decorreu o primeiro dia de aulas renunciavam, de facto, um futuro auspicioso. Logo pela manhã, com a presença dos padres da casa (PP. Caio, Lúcio, Leopoldo Pfad), do superior da casa dos Jesuítas da Covilhã, do pároco do Tortosendo e de quatro dezenas de alunos, quase todos da Beira Baixa e Beira Alta, celebrou-se naquela memorável segunda-feira a missa votiva do Espírito Santo; de seguida, dava-se início às já programadas actividades lectivas.

As fundações ibéricas – Espanha e Portugal – como já foi referido, foram seguidas sempre com muito apreço pela Direcção Geral da Congregação. O montante dispendido nos imóveis adquiridos tinha significado um esforço respeitável para a economia geral, ainda fortemente abalada pela reconstrução em curso dalgumas casas da Europa central. A visita do P. Grendel, antigo superior geral, no início de 1950 e, pouco depois, a passagem do superior geral, P. Aloísio Kappenberg, foi, sem dúvida, expressão dum interesse muito grande pela fundação portuguesa.

Nos anos seguintes, outros membros se vieram agregar à comunidade do seminário do Tortosendo – o P. Jorge Poljak e o Irmão Francisco Goeres. Os padres, para além de profes-

sores e educadores no internato, ajudavam também os párocos vizinhos na celebração de missas e administração doutros sacramentos, assim como em pregações por ocasião de festas populares. No Outono de 1950 o seminário passou a funcionar com mais uma turma. Introduziram-se, então, mais duas divisórias que responderam satisfatoriamente à necessidade dum outro refeitório e duma zona mais alargada para recreio coberto. Outra inovação foi a contratação do P. José Santiago, capelão do hospital da Covilhã, para leccionar a disciplina de português; colmatava-se dessa forma uma lacuna claramente sentida pelos padres fundadores. Foi também por esses anos que iniciaram um serviço de capelania nalgumas famílias influentes da região – a família Garrett e D. Miquelina.

A solidariedade dessas famílias para com a obra nascente deu-se de forma diferenciada. O montante da transacção na aquisição da Quinta do Prazo e a associação dum confrade brasileiro na gestão dum tal negócio hipotecaram por algum tempo uma vaga de benevolência e generosidade que facilmente se poderia ter gerado à volta daquela iniciativa missionária.

A fundação do seminário do Tortosendo, com toda a dinâmica que se lhe seguiu, levou o Generalato a constituir a Região Ibero-lusitana no dia 5 de Janeiro de 1951. Dessa estrutura organizativa fazia parte o Tortosendo e as casas de Espanha (Estella e Coreses). Decorrente disso, nomeava-se logo de seguida o primeiro Regional, P. Alexandre Janssen que fixou residência no seminário do Tortosendo.

A vinda do Brasil do P. Alexandre Janssen e a sua nomeação para Superior Regional nos primórdios da presença verbita em Portugal foi providencial. De forma decidida, avançou progressivamente com projectos de novas fundações no Norte e Centro de Portugal.

Para a região do Minho, inclinou-se pela cidade de Guimarães. Circunstâncias várias favoreceram aquela iniciativa na cidade berço. A boa relação que de início se manteve com as Religiosas do Sagrado Coração de Maria, beneficiando por vezes da sua hospitalidade (padres Caio, Lúcio e Alexandre Janssen), teve efeitos benéficos aquando da abertura da comunidade da Costa (Guimarães).

Já antes da chegada do P. Alexandre Janssen, tinham essas prestimosas religiosas mostrado interesse em ter como capelão um missionário do Verbo Divino no seu colégio de Vila Pouca, em Guimarães.

No Outono de 1951, havia já praticamente consenso na abertura duma casa na diocese de Braga. O local mais apropriado parecia ser a cidade de Guimarães. A circunstância de se encontrar devoluto o antigo mosteiro jerónimo da Costa, pertença da família Leite de Castro, recentemente abandonado pelos jesuítas por causa dum incêndio (1951), levou os superiores da época a entrar em negociações com os proprietários sobre a viabilidade de nele se instalar um seminário menor. A par disso, sondava-se de igual modo o arcebispo de Braga, D. António Bento Martins Júnior, sobre a possível implantação da Congregação no referido imóvel deixado pela companhia de Jesus.

A cúria bracarense acolheu bem o projecto. Assim, já na festa da Anunciação do Senhor de 1952, o P. Alexandre Janssen, em solene Eucaristia, dava abertura à segunda comunidade verbita em Portugal. As licenças formais vieram um pouco mais tarde. Primeiro pronunciou-se o arcebispo no dia 9 de Abril daquele ano; por carta autógrafa, permitia a abertura dum seminário missionário na vila da Costa; com a data de 15 de Agosto de 1952, chegava igualmente da Cúria geral (Roma) o decreto formal para a constituição da nova comunidade vimaranense.

No Verão de 1952 foram para ali transferidos alguns padres e irmãos do Tortosendo – padres Leopoldo Pfad, Bronislau Cherek, Jorge Poljak, Tarcísio Glanzmann e o Irmão Francisco; os padres Janssen e Paulo Koitka, assim como o Irmão Joaquim Bueno já para lá se tinham transferido anteriormente.

Esse “êxodo” para a cidade-berço era seguido com certa curiosidade pelos alunos do Tortosendo; já tinham sido anteriormente notificados da provável transferência da maioria dos alunos da Beira para o novo seminário do Norte. Essa transferência, previamente preparada, não foi sentida como um recurso, mas como uma promoção dos que se tinham emulado em estudos e comportamento. Numa circular de 14 de Julho, já o P. Leopoldo Pfad, tinha avisado os pais dos seminaristas da próxima partida dos alunos do 2º, 3º e 4º ano para Guimarães. A viagem, efectuada no dia 28 de Agosto de 1952, significativamente patrocinada pelo seminário, feita em carruagem especial, realizou-se de forma alegre e descontraída. A esse corpo de alunos das Beiras, agregar-se-iam mais tarde outros 30 alunos da região do Minho para o início do ano lectivo de 1952-1953. Foi dessa forma que o seminário do Verbo Divino de Guimarães (Costa) iniciou as suas actividades lectivas.

Nos primeiros meses, procurou-se sobretudo encontrar o ritmo formativo e a dinâmica comunitária apropriada à nova situação. As características do imóvel, parte dele devorado por um incêndio, acomodavam-se mais à vida contemplativa que propriamente à vida pujante dum seminário menor. Os limitados espaços que restavam, penosamente subtraídos ao fogo devorador, davam ainda uma ideia da imponência daquela construção barroca, habitada durante séculos por frades jerónimos. Após a extinção dos Religiosos em 1834, a maioria dos conventos e mosteiros, levados a hasta pública ou colocados ao serviço do Estado, ficou na posse de quem não tinha vocação nem posses para a manutenção desses imóveis e cómodos anexos.

O Mosteiro da Costa ressentiu-se disso tudo. A incúria, que sobre ele tinha caído, não apagara, contudo, as linhas de grandeza do imponente edifício central e dos cómodos que fizeram parte daquele conjunto monástico. Serão muitos desses pormenores que impressionarão os alunos verbitas daquela década de cinquenta. Austeridade e imponência, conjugadas num barroco singular, deslumbrarão aquelas jovens gerações que não se alhearam daquele festim de sentidos, simbolicamente representado e orientado para um culto de triunfo.

Aos primeiros cursos não lhes passou despercebida toda aquela figuração decorativa da igreja e sacristia, assim como a extensa cerca onde primavam espaços ajardinados com equipamentos religiosos (ermidas e espaços sacros), pormenores lúdico-simbólicos (fontanários) e lugares de convívio e distração. A natural curiosidade por esse conjunto tão rico dum passado artístico acabou por proporcionar um espaço agradável para os habituais tempos recreativos tão apreciados naquelas idades. O denso bosque, com o luxuriante arvoredado de castanheiros, velhas oliveiras, cedros, tílias, tulipeiros da Virgínia, faias e ulmeiros, apresentava-se agradável e misterioso; a área ajardinada, onde serpenteavam infundáveis meandros de caminhos, permitia bravatas e aventuras a quem despertava para a liberdade.

O ano lectivo de 1953-1954 trouxe responsabilidades acrescidas, particularmente para aqueles que se preparavam para entrar no noviciado. Responsáveis e finalistas esforçaram-se em preparar bem a etapa seguinte. A deslocação para Roma, onde com outros jovens verbitas fariam o noviciado, levou o grupo finalista a compenetrar-se seriamente naquele último ano vimaranense. Circunstâncias favoráveis muito ajudaram na prossecução daquele percurso de caminhada vocacional. O corpo docente, com a chegada dalguns padres novos,

conheceu substantiva melhoria. Prestaram-se, de facto, a um bom desempenho nas disciplinas que lhes foram atribuídas. O P. Cherek assumiu o latim e a história, o P. Eugénio Selbach a língua inglesa, o P. Leopoldo Krieger, vindo propositadamente da Alemanha (Muenster), onde preparava a tese de doutoramento, encarregou-se das ciências naturais. Para além do melhoramento do professorado, teve influência benéfica a afectação do P. Cherek à prefeitura dos maiores. Tudo isso terá efeitos positivos, reconhecidos mais tarde por quase todos os que estiveram envolvidos naquela fase de formação dos anos iniciais de Guimarães.

A implantação dos verbitas em Fátima teve muito a ver com a personalidade do P. Alexandre Janssen. Passados apenas alguns meses após o seu desembarque em Lisboa, manifestava já vontade de vir a constituir num curto espaço de tempo uma comunidade verbita junto do Santuário.

Os primeiros contactos com o bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva, deram-se já no mês de Maio de 1951. Em carta de 21 de Maio desse mesmo ano, o bispo informa o P. Janssen nada ter contra o projecto duma construção em Fátima. Na volta do correio, pede o P. Alexandre autorização para a erecção duma escola apostólica; para além do mais, assegurava ao prelado leiriense ser propósito da Congregação não procurar auxílio económico no espaço diocesano para a construção e ulterior manutenção da casa que ali viesse a ser implantada. Comprometia-se ainda a ajudar nos serviços do Santuário.

Na mente do P. Alexandre, esta nova casa seria a segunda fundação portuguesa. Os acontecimentos evoluíram de forma diferente. De facto, como já foi referido, o acolhimento e o interesse manifestado pelas Religiosas do Sagrado Coração de Maria de Guimarães, a gentileza do arcebispo de Braga e outras circunstâncias pontuais determinaram que a segunda casa tivesse sido, efectivamente, a da Costa, Guimarães.

Com as garantias do bispo de Leiria, no dia 24 de Maio de 1951, o P. Alexandre, escrevendo para Roma, propõe ao Superior Geral a construção dum “Juvenato SVD” em Fátima. Decorridos apenas dois meses (28/07/51), recebe da Cúria geral uma resposta positiva e anuência ao projecto proposto. Comunicava-se-lhe também a intenção de afectar o P. Ralph Thyken de Chicago (EUA) à construção de Fátima. Tudo indicava que a implantação em Fátima avançaria muito rapidamente.

Sobre a natureza e a finalidade da nova casa deram-se também passos esclarecedores. A linguagem inicialmente utilizada apontava para uma construção capaz de comportar valências várias. A especificidade de Fátima – pólo religioso e mariano – prestava-se facilmente a isso. Em Leiria, a cúria diocesana, atendendo a outras iniciativas similares anteriormente aprovadas para a região, pedia para a autorização da abertura dum colégio apostólico (seminário missionário). No mês de Julho do ano de 1951, D. José Alves Correia da Silva, escrevendo ao P. Alexandre, permitia-lhe, de facto, avançar formalmente naquela direcção.

A construção dos novos seminários

A casa solarenga da Quinta do Prazo albergava, desde o dia 14 de Novembro de 1949, padres, irmãos e alunos de forma desconfortável. O espaço era exíguo e as possibilidades de alteração eram manifestamente limitadas. A dependência económica da administração central de Roma apontava para uma vida sóbria, sem margem para a introdução de qualquer projecto de vulto.

Bem cedo, procurou o P. Caio fontes de subsistência a partir de Portugal. Inicialmente, dirigiu-se a repartições públicas para conseguir isenção de impostos; candidatou-se também a possíveis subsídios para a ajuda da manutenção duma fundação missionária. Invocou a Concordata e o Acordo Missionário, celebrados em 1940 entre Portugal e a Santa Sé. Nessas *demarches* apercebeu-se da suspeição ainda persistente, a nível dos altos quadros da Administração Central, sobre a Congregação do Verbo Divino que, alegadamente, tivera tido comportamentos questionáveis aquando da sua permanência na missão de Moçambique. As versões que então chegaram à metrópole tinham sido manifestamente truncadas. Decorrente disso, só uma leitura benevolente dos acordos jurídicos de 1940 poderia vir a beneficiar parcialmente as fundações do Verbo Divino em Portugal.

A questão era, de facto, melindrosa. Impunha-se tenácia e persistência; de forma inteligente, associando à sua causa pessoas influentes, conseguiu o P. Caio num primeiro momento a isenção do imposto predial; o subsídio, habitualmente concedido às corporações missionárias que exerciam actividades evangelizadoras nos territórios dependentes de Portugal, foi liminarmente rejeitado; mais tarde, com a abertura da nossa missão em Luanda, haverá mais abertura na atribuição de benefícios às pessoas directamente envolvidas naquela área de evangelização.

A par da procura legítima de meios para os gastos ordinários das comunidades já constituídas, impôs-se, sem dúvida, a necessidade premente de implantar estruturas amplas e sólidas em Fátima e Tortosendo. Os constrangimentos económicos sentidos na Europa no pós-guerra reflectiam-se também na administração central da Congregação. Nesse sentido, os projectos a propor a Roma deveriam envolver o menos possível o economato geral.

O interesse dalguns confrades da América (EUA) pela construção de Fátima foi estimulante e promissor; importava agora encontrar para o Tortosendo uma entidade patrocinadora ou pessoas singulares que se responsabilizassem pela construção dum novo seminário. Em Roma, dentro duma lógica responsabilizante, parecia-lhes natural encontrar subsídios bastantes, a partir de Portugal, para aquele empreendimento. Com essa garantia, poder-se-ia, então, avançar para a construção de Fátima.

Com esses dados, entenderam os Superiores propor a deslocação temporária do P. Caio ao Brasil para o lançamento duma campanha de angariação de fundos que revertessem a favor da construção do novo seminário do Tortosendo. Com essa finalidade, embarcava o P. Caio no dia 18 de Novembro de 1952, no “Serpa Pinto”, com responsabilidades de capelão,

com destino ao Brasil. Privava-se assim a Região da presença dum confrade incansável e dinâmico para conseguir meios financeiros para a edificação dum seminário sólido, que pudesse substituir o velho casarão da Quinta do Prazo.

Do sucesso da campanha não se duvidava. Dentro desse optimismo, procedeu-se imediatamente à escolha do local apropriado para a implantação do novo edifício. Colocou-se ainda por algum tempo a hipótese de reconstruir o velho convento franciscano de Sto. António, que em tempos pertencera à província franciscana da Soledade até 1834, sito na cidade da Covilhã, como casa central do Verbo Divino na Beira Baixa. Se o projecto tivesse seguimento, a Quinta do Prazo permaneceria apenas como base económica para os gastos ordinários do imóvel citadino. Essa alternativa, proposta a Roma com ilustração fotográfica, acabou por não ter seguimento.

A tarefa do P. Caio no Brasil foi árdua. Os recursos de que se valeu para a angariação de fundos causaram estranheza e, para muitos, até inconvenientes. Tudo isso explica que os montantes imaginados pelas estimativas mais optimistas se tivessem conseguido a um ritmo bastante lento. Essas contingências tornaram inevitável o protelamento do início das obras e até da volumetria e faseamento da construção.

Em Fátima, bem ao contrário, com a intervenção atempada do P. Ralph Thyken, avançou-se muito rapidamente para a construção. Após a aquisição do primeiro lote de terreno, que inicialmente não ia para além de dois hectares, e com as devidas licenças, elaborou-se a planta e procedeu-se à apreciação de pormenor do futuro seminário. Decidiram-se inicialmente pela construção duma residência provisória – Patrocínio S. José – para acolher a comunidade verbita que acompanharia de perto as obras do seminário. Depois da sua conclusão, foi, de facto, o local de residência do Regional, assim como dos três irmãos que trabalharam directamente na construção do seminário de Fátima.

A implantação do seminário localizou-se num sítio bastante afastado da Rotunda-Norte. Não era essa, de facto, a vontade do P. Alexandre. Dificuldades inesperadas interpuseram-se quanto à compra dalguns terrenos que bordejavam a estrada da Batalha e, bem na frente, os que confinavam com a Rotunda. A compra dessas parcelas efectuar-se-á um pouco mais tarde, quando a obra já ia para além da fase da colocação de alicerces.

Foram, de facto, transacções difíceis. Só a paciência, a determinação e, sobretudo, aquela serenidade seráfica e singular da forte personalidade do P. Alexandre que muito contribuíram para que se chegasse a um acordo entre a Congregação e os respectivos proprietários – Joaquim Lopes (proprietário da Serração) e António Coelho.

A construção de Fátima iniciou-se no dia 13 de Dezembro de 1952. Nesse dia esteve presente o P. Alexandre. Começou-se pela cisterna, hoje, quase toda debaixo do actual campo de futebol. Foi muito natural que assim acontecesse. A volumetria da construção projectada iria requerer muita água; o futuro funcionamento da casa, sem aquele bem essencial, sofreria constrangimentos indesejáveis. Em ordem a ultrapassar tais inconvenientes, recorreu-se a vedores experimentados que palpitassem a possível existência de lençóis de água naquela localidade. Da confluência de palpites vários, acertou-se no local de prospecção; com os limitados recursos do tempo, teimou-se mesmo assim até á profundidade de 70 metros. Infelizmente, nada foi encontrado. Da pedra extraída beneficiariam mais tarde os labirínticos caminhos do Irmão Francisco Goeres.

No ano de 1953 conseguiu a equipa técnica – Arquitecto Vasco Regaleira e Engenheiro António Carvalho – imprimir um bom ritmo às obras em curso. A mão de obra local, aliciada por vantagens económicas, facilmente se dispôs a laborar naquele imponente edifício. No mês de Abril entrou já em funcionamento a residência provisória – Patrocínio S. José; nela se instalaram os padres Janssen, Poljak e os Irmãos Sofrónio, Meinrado e Elviro Garcia.

No dia 13 de Maio desse mesmo ano fez-se o lançamento simbólico da primeira pedra. O bispo de Leiria, convidado para o evento, não pôde estar presente. Em seu lugar, por gentil delegação, benzeu a primeira pedra o bispo verbita, D. Francisco Hoowaarts, da diocese de Tsaochowfu – China. Essa primeira pedra localiza-se no pórtico da portaria do seminário, do lado direito, onde se encontra gravada a inscrição criteriosamente escolhida pelo P. Alexandre – “Maria a casa é tua”.

A Congregação estava, de facto, num bom ritmo de consolidação. Tortosendo e Guimarães funcionavam; em breve Fátima estaria apta para receber um considerável número de alunos. Nesta fase, importava também, para efeitos de identidade externa, ver qual o nome mais apropriado para os imóveis ocupados pela Congregação.

Os objectivos primordiais da presença verbita em Portugal ajudaram, sem dúvida, a encontrar o nome mais consentâneo com a mentalidade eclesiástica portuguesa. O P. Alexandre, também neste pormenor, quis pôr ao corrente a Cúria geral. Entre os nomes correntes utilizados então em Portugal para instituições similares – Escola Apostólica, Colégio Apostólico e Casa Missionária – dever-se-ia optar por um dos três. Por razões concordatárias e possíveis benefícios fiscais, decidiu-se, para as três casas, pelo nome de Seminário Missionário do Verbo Divino. Receberiam, no entanto, uma titularidade diferente. O Tortosendo passaria a ter como padroeiro S. José, deixando cair a anterior titularidade – Nossa Senhora de Fátima; o de Guimarães, para assinalar a devoção mariana das gentes do Norte, teria como padroeira a Imaculada Conceição; e o de Fátima tomaria por padroeira a Mãe de Deus. Nessa Primavera de 1953 dava-se por encerrada a questão dos nomes e da titularidade das três casas de Portugal.

No fim de 1953 e início do ano seguinte, as obras de Fátima estavam já numa fase adiantada; por parte de Roma, eram destinados novos confrades da Alemanha e Brasil para Portugal. Tudo indicava que para o início do ano lectivo de 1954/55 se poderia já transferir uma boa parte dos alunos das outras duas casas para Fátima. A exiguidade daqueles espaços a isso aconselhava.

Os meses de Verão de 1954 foram alucinantes para o P. Alexandre Janssen. O funcionamento normal do Tortosendo e Guimarães, a construção atempada do seminário de Fátima para a abertura do novo ano escolar e outros afazeres do expediente recorrente obrigaram-no a um ritmo de trabalho invulgar.

Os objectivos foram em parte atingidos. De facto, nos últimos dias de Agosto de 1954 puderam já ser transferidos para Fátima 10 padres e um irmão das casas de Guimarães e Tortosendo. Foi nomeado como primeiro Reitor, o P. Lúcio Ribeiro Brandão; como prefeito dos alunos ficou o P. Eugénio Selbach.

No dia 8 de Setembro de 1954, os 10 primeiros finalistas de Guimarães, entre os quais se encontravam os Padres José Antunes Vaz e José Hipólito Jerónimo, tomavam o hábito em cerimónia solene celebrada pela primeira vez na capela do seminário de Fátima. Oficiou a cerimónia o P. Alexandre Janssen. Religiosas da Fátima, familiares dos noviços e outras

peessoas amigas associaram-se também àquele acto festivo. A capela, ainda em fase de acabamento, desprovida de vitrais, emprestou mesmo assim um aspecto de grandeza, digno do evento que se estava a viver.

No dia seguinte, após uma despedida na capelinha das Aparições, onde foi cantado o hino “Ave Maris Stella”, partiram os 10 noviços, na companhia do P. Regional para Roma para darem início ao noviciado. Alguns padres e outras pessoas conhecidas acompanharam-nos até à estação de Fátima.

A vinda dos alunos para Fátima deu-se no dia 20 de Setembro. Na tarde desse dia eram esperados na estação pelo prefeito; apeados do comboio, entraram imediatamente em duas camionetas previamente fretadas que os levaram directamente à Cova da Iria. Após uma breve visita à capelinha da Aparições, dirigiram-se para o seminário.

A tarde desse dia foi emocionante para aquele grupo de alunos; familiarizados até então com a precariedade das velhas instalações do Tortosendo e Guimarães topavam agora uma construção nova e espaçosa. O desejo da aventura e da descoberta, já anteriormente ensaiados nos labirínticos caminhos da cerca da Costa (Guimarães), prometia continuidade. De facto, as crónicas registaram particularidades de deambulações por recantos até então inimagináveis para uma prefeitura que se julgava preparada. A persistência desse espírito, tipicamente português, acabou por ser doseado por outra dinâmica de vida que apontava para um ordenamento formativo mais consentâneo com o ideal de aluno do Verbo Divino.

No dia 21 de Setembro, após a missa votiva do Espírito Santo, deu-se a abertura do novo ano lectivo. Os alunos do primeiro ano vieram mais tarde, só no início de Outubro. Do primeiro (31) ao quarto ano somou-se o respeitável número de 119 alunos, que passaram a ser acompanhados por 10 padres e alguns irmãos.

Com o início das actividades em Fátima e a deslocação da maior parte dos alunos para a nova casa, os seminários do Tortosendo e Guimarães ficaram com uma população bastante reduzida. Tinham permanecido ali apenas os alunos do primeiro ano. As condições precárias daqueles imóveis a isso obrigavam. Nos anos seguintes, razões pedagógicas aconselharam a permanência desses alunos até ao fim do segundo ano, deslocando-se posteriormente para Fátima.

Nos fins de 1954 e início do ano seguinte, com as obras em curso no Tortosendo, tornou-se impraticável aquele projecto pedagógico. Anos mais tarde, com o aparecimento de novas estruturas, alterar-se-á esse ritmo de deslocações para Fátima.

No ano de 1955, continuavam as obras de edificação e consolidação de estruturas indispensáveis ao bom funcionamento dos internatos. Nesse ano, como já foi referido, o camartelo fazia-se ouvir de forma ensurdecadora na casa do Tortosendo. No ano seguinte, no dia 1 de Maio de 1956 fazia-se ali a inauguração da primeira fase das obras; a segunda parte, também com uma volumetria de construção aceitável, já dentro doutro contexto, far-se-á mais tarde, no dia 1 de Dezembro de 1966. A capela teve um tratamento autónomo; foi benzida no dia 30 de Setembro de 1958; nesse dia à noite, puderam já os alunos fazer aí a sua oração, iniciando dessa forma os actos de culto nesse novo espaço litúrgico; as duas imagens laterais – de Nossa Senhora de Fátima e de S. José – foram benzidas mais tarde, a 10 de Abril de 1959 pelo saudoso P. Leopoldo Pfad.

Em Fátima, pelo mês de Abril de 1955, deram-se praticamente por concluídas as obras de construção. Teve particular significado o momento (13/07/55) em que foi benzida e colocada no frontispício do seminário, anichada bem lá no alto, a imagem de Nossa Senhora, com quase duas toneladas de peso que da altura sempre acolheu e despediu contínuas levas de alunos que ali recebiam a sua formação. Ficaram, ainda, por instalar os vitrais da capela; esses, executados na Holanda e enviados por via marítima, tiveram um delicado processo burocrático de desalfandegação; para essa gestão muito contribuiu, junto do cônsul da Holanda em Lisboa, o P. Marino Van Es; começaram a ser colocados em meados de Julho; no mês de Agosto, instalados já praticamente na sua totalidade, são já motivo de visita para os muitos admiradores daquele género de fenestração decorativa.

Com o termo das obras em Fátima, alguns irmãos, que estiveram ligados à construção, regressaram aos seus territórios de origem. Assim, o irmão Elviro Garcia passou-se para a Espanha para ajudar na conclusão das obras de Coreses (Zamora) e o irmão Meinrado, após umas merecidas férias na Alemanha, regressou à Argentina. O irmão Joaquim Bueno já tinha embarcado para o Brasil em Novembro de 1954. Por Fátima ficariam ainda por várias décadas os irmãos Francisco, Sofrónio e Anacleto. Assumiram áreas distintas de trabalho em ordem ao bom funcionamento do seminário.

A inauguração oficial da casa de Fátima coincidiu com a sagração da capela e respectivos altares; pontificou a esse momento solene, que decorreu nos dias 1 e 2 de Junho de 1956, o bispo auxiliar de Leiria, D. João Pereira Venâncio. O acontecimento foi preparado e vivido por todos de forma intensa; a repercussão no exterior foi assinalável; vários órgãos de comunicação social referiram o evento (Novidades, A Voz, Notícias da Covilhã, Conquistador (Guimarães)).

Por essa ocasião editou-se também uma brochura alusiva à Congregação e à sua implantação em Portugal – *Os Missionários do Verbo Divino na inauguração do seu Seminário de Fátima*. Causou particular impacto, naqueles dias, a montagem duma exposição missionária e de paramentaria dirigida pelo P. Guilherme Naumann. Foram muitos os apreciadores daquela iniciativa.

Com o seminário de Fátima em funcionamento, a capacidade de acolher novos alunos perspectivava-se de forma promissora. Os pedidos de ingresso persistiam com regularidade; os escassos mecanismos de selecção, funcionando ainda precariamente, proporcionavam, de facto, uma massificação de internos nos seminários. A situação era seguida com alguma atenção por parte de Roma. Exigências pedagógicas e de contenção de gastos levaram o conselho Regional de Portugal, no fim do ano de 1954, a tomar medidas quanto à admissão de alunos e à razoável ocupação dos espaços disponíveis: determinava-se que, de futuro, a casa de Fátima não deveria ultrapassar os 220 alunos (do 1º ao 7º ano); o Tortosendo, após a conclusão das obras, ficar-se-ia pelos 80; Guimarães, sem melhoramentos ou nova construção em vista, albergaria apenas 60 alunos (1º e 2º ano). Esse conjunto de normas será uma referência seguida na gestão dos nossos seminários por toda a década de cinquenta. Nos anos seguintes, impor-se-á uma nova forma de conceber o seminário e de o levar para a frente.

No mês de Setembro de 1956 circulava já a notícia da possível instituição da Região portuguesa separada das casas de Espanha. Efectivamente, assim aconteceu. Por decreto de 19 de Dezembro de 1956 cessava a Região Ibero-lusitana e erigiam-se no espaço peninsular duas Regiões autónomas – a de Portugal e a de Espanha. Após esse acto administra-

tivo da Cúria geral, foram imediatamente nomeados os respectivos superiores. Para Portugal é nomeado Regional (21/12/1956) o P. Bernardo Plate, que se encontrava na província Sul do Brasil; para Espanha ficará como superior Regional o P. Gaspar Jakob. Procedeu-se de igual forma à escolha de novos Reitores (22/12/1956): para Fátima nomeava-se o P. Carlos Diederichs; para Guimarães o P. Lúcio Ribeiro Brandão e para Tortosendo o P. Paulo Koitka.

No ano seguinte, 1957, fez-se a despedida comovente ao P. Alexandre Jansssen. A 18 de Fevereiro, no salão de Festas, realizou-se a sessão de homenagem e despedida. Nela intervieram padres, irmãos, alunos e candidatos. As palavras finais do homenageado ribombaram forte e calaram fundo no coração de todos os presentes. A população jovem ali presente, sem ter muita noção da abrangência da obra feita pelo P. Alexandre, percebeu perfeitamente a estatura moral da pessoa que de todos se despedia. Para quem se habituara a ver nele uma espécie de ícone de construtor incansável, desvendavam-se-lhe agora, gratamente, as profundas motivações espirituais que o nortearam nos seis anos de permanência em Portugal. Entre decisões e obra realizada, pretendeu aquele confrade deixar patente em Portugal um cunho de matriz mariana nos imóveis verbitas e que, de futuro, fossem para todos referência contínua à protecção maternal de Maria; nas Suas mãos se colocava o futuro da Congregação em Portugal. Das palavras que dirigiu aos presentes, todas elas entremeadas de agradecimentos e prece, sentimo-nos, de facto, todos entregues a Maria.

Por trás dum homem franzino e austero, escondia-se, de facto, um coração misticamente mariano. Tinha feito da construção de Fátima uma digna apoteose às grandezas de Maria, Mãe de Deus, invocada por ele tão carinhosamente como “Mater Dei”. No dia seguinte, pela manhã, na capela do seminário, para lhe desejar boa viagem, cantou-se o “In viam pacis”. Os abraços de despedida antes de entrar no carro foram pausados e intensos; o que trocou com o P. Leopoldo Pfad foi particularmente sentido.

Do outro lado do Atlântico era esperado pela comunidade de Juiz de Fora, para assumir o delicado encargo de Director da Academia do Comércio. Discretamente, esse religioso, a todos os títulos singular, tomou o avião para terras de Santa Cruz; nesse mesmo dia, já dentro doutra lógica de celebração, engrandecida pelas luzes da ribalta da comunicação social, entrava em território nacional a rainha Isabel II da Inglaterra. Também desse estímulo dos holofotes não ficaram isentos os alunos de Fátima. Daí o muito interesse que vários mostraram em encontrar-se com tão ilustre visitante no mosteiro da Batalha (20/02/1957).

No dia 5 de Abril chegaram do Brasil o novo superior Regional, P. Bernardo Plate, e o P. Carlos Diederichs, recém-nomeado Reitor de Fátima.

A casa de Fátima continuava a ser o pólo principal da formação de seminaristas e candidatos a irmãos. Na vigência do presente reitorado a formação humanística e espiritual vai adquirir um novo revigoramento. Assistir-se-á a uma simbiose benéfica entre a pessoa do Reitor e a equipa pedagógica. O seminário, a funcionar como escola autónoma, via-se então confrontado com novas exigências pedagógicas e espirituais. Nesse sentido, ajustava-se melhor o quadro de professores, introduziam-se dinâmicas novas nas disciplinas curriculares e estruturavam-se equilibradamente actividades circum-escolares, onde o lúdico, a música e o cénico atingiram índices de perfeição, quase invulgares para aquele tempo.

A nova mentalidade teve impacto significativo no corpo dos alunos. Por muito tempo irá persistir um espírito de emulação e uma cultura de triunfo por tudo o que for realizado pela

comunidade do Verbo Divino de Fátima. Os sucessos lúdicos, cénicos e musicais alimentavam essa nova forma de ser e estar no seminário de Fátima.

O equilíbrio entre o estudo e as actividades culturais, a convivência e os exercícios de piedade (oração litúrgica) caldeou, sem dúvida, um respeitável espírito de família. Só a vivência profunda dessas realidades explicará o sentido de seminário para os que ficavam e a nostalgia dos que partiam. A génese e o entusiasmo da formação da Associação dos Ex-alunos do Verbo Divino só em parte se explicará, na década seguinte, por tudo o que tinha sido vivido na periodização que precedeu a abertura do concílio Vaticano II (1962).

O primeiro de Maio de 1957 foi um momento de muito significado para os verbitas portugueses. Nesse dia, celebrou-se em Fátima o jubileu de diamante da ordenação sacerdotal do P. Leopoldo Pfad. Tinham sido, de facto, 60 anos de sacerdócio, intensamente vividos nas mais variadas actividades ao serviço da Igreja e da Congregação. Aos primeiros anos passados no Brasil, sucederam-se outros em Roma como membro do conselho geral; um pouco mais tarde, como já foi referido, fará parte do grupo fundador que implantará a congregação em Portugal.

A cerimónia litúrgica do jubilado foi preparada por toda a comunidade; nesse dia, muitos outros se associaram ao aniversariante. O governo alemão, por meio dum representante da sua Embaixada em Lisboa, agraciou-o com a Cruz de Mérito de 1ª Classe; a meio da Festa foi lido também um telegrama do Chanceler de então, Conrado Adenauer, que felicitava o jubilado afectuosamente.

Esses acontecimentos celebrativos, centrados em pessoas com um percurso laborioso de muita dedicação, muito contribuíram para a compreensão e aceitação dum comunidade respeitavelmente heterogénea em nacionalidades, formas de pensar e idades. Cada um, à sua maneira e jeito, reconhecia a indispensabilidade de todos na viabilização dum projecto ainda em fase de implementação.

A par dos acontecimentos de Fátima, a vida continuava com respeitável normalidade em Tortosendo e Guimarães. As obras na Quinta do Prazo tinham-se concluído no fim do ano de 1956. O seminário acolhia agora as turmas dos dois primeiros anos.

Em Guimarães, as condições de funcionamento ressentiam-se da precariedade das instalações. A passagem para Fátima tornava-se imperiosa. A deslocação dos alunos do terceiro ano para ali fazia-se com bastante normalidade. As referências positivas que sobre Fátima se faziam, criou nos alunos das outras casas a sensação dum permanência transitória que terminaria necessariamente na Cova da Iria. Emular-se nos estudos e progredir na vida espiritual, significava para a maioria a feliz compensação de poder deslocar-se para outro seminário verdadeiramente desejado.

O entusiasmo dos alunos e o alto significado religioso de Fátima como polo religioso nacional propiciou benevolência e compreensão dos pais na superação de naturais afectos que muito os ligavam aos filhos ainda adolescentes.

As condições de alojamento no seminário da Costa (Guimarães) continuavam a preocupar os superiores da congregação. A permanência numa casa alugada não fazia parte da tradição da Congregação. Se em Portugal se sentia o desconforto, de Roma chegava a proposta de se avançar para a compra dum propriedade.

Esse estímulo vindo do exterior, levou a diligências na procura dum local adequado para a implantação dum seminário novo. A propriedade ideal não foi fácil de encontrar. Algumas propostas ficaram pelo caminho. A descrição desses prédios rústicos, ainda com o habitual sistema de exploração próprio daquelas unidades agrícolas do Norte, teve leituras questionáveis em Roma. Duma proposta inicial de compra aparecida em Ronfe, passando posteriormente pela Quinta de D. Bernardo de Almada, sita em Figueiredo, até chegar à actual Quinta da Veiga, trocou-se alguma correspondência com a Cúria geral. A existência de caseiros nessas propriedades causava sérias preocupações ao Governo geral da congregação. Temiam entrar num sistema aparentemente similar a uma feudalidade ancestral, onde dificilmente se poderia introduzir, como parte activa, o trabalho experimentado dos nossos irmãos.

O P. Bernardo Plate, que provinha da paroquialidade, durante o seu período de Regional (1956-1959) foi sensível à precariedade da comunidade da Costa. Secundou o esforço de procura dos padres Lúcio Brandão e Bernardo Vogt. As dificuldades naturais que um projecto de tal envergadura acarretava, protelaram por muito tempo uma decisão definitiva. Por temperamento, e porque se aproximava já o termo do seu mandato, entendeu entregar o *dossier* aos superiores do novo triénio (1959-62). De facto, assim aconteceu!

A transação final da Quinta da Veiga (28/05/1960) fez-se já com o novo Regional, o P. José Otto Popp. Após a compra do terreno e o estudo da futura localização do seminário, apreciou-se de seguida um projecto de construção inovador; as obras iniciaram-se pouco depois. A idealização do imóvel, em parte da autoria do P. Carlos Diederichs, então Reitor de Guimarães, foi seguido de perto por ele aquando da sua execução técnica.

O P. Carlos, como bom filho do Norte (Alemanha), e com a experiência que transportava dos encantos da luminosidade do trópico brasileiro, procurou implantar na região vimaranense uma estrutura leve e aberta, capaz de captar a luz possível e a generosidade dum sol por vezes arredo. Sonho e realidade confrontaram-se; dessa dialéctica inevitável, resultou uma obra ousada e inovadora para o tempo. A história posterior, marcada por grandes transformações, não poderá invalidar, certamente, a criatividade e a tenácia de quem, discretamente, deu o seu melhor por um futuro que julgava promissor.

No Outono de 1962, os empregados do velho seminário da Costa deslocavam-se já com animais e alfaias agrícolas para o seminário da Quinta da Veiga em fase de acabamento. Um pouco mais tarde, no dia 30 de Dezembro, com os alunos em férias, os padres que se deslocaram do seminário da Costa inauguraram discretamente o novo edifício de Azurém; no início do segundo trimestre (08/01/1963), entravam definitivamente padres e alunos no novo seminário.

A formação humanista e espiritual dos alunos

A Congregação do Verbo Divino, com a abertura dos três seminários menores em Portugal, adoptou um currículo de formação humanista que não se afastou muito do ministrado nos outros seminários do país. A especificidade do Instituto e o corpo docente disponível tiveram muito a ver com algumas variantes que nele foram introduzidas.

A formação clássica, que imperava em terras teutónicas, transportou-se para Portugal. A facilidade ou dificuldade na aprendizagem da língua latina teve muito a ver com os critérios de aferimento vocacional. Subestimou-se a língua francesa; procurou-se introduzir a língua alemã após o segundo ano. Tudo isso teve muito a ver com a tradição e a mentalidade do professorado interno desses primeiros anos.

Numa fase posterior, deu-se uma aproximação aos currículos de outras instituições similares. No Verão de 1959, o P. Maximiliano Kopietz, na qualidade de Director de Estudos, contratou o Dr. José Salvado para reforçar algumas áreas disciplinares da formação humanista dos alunos: Língua e Literatura portuguesas, assim como para os programas de História. Esse foi o início da agregação doutros professores leigos que tiveram mérito respeitável na formação dos seminaristas de então. A tendência apontava para a aproximação dos cursos de seminário aos ministrados no sistema nacional de ensino (liceal). Tudo se ia preparando para que também os nossos alunos se apresentassem proximamente a essas provas públicas. Foi o que aconteceu com alguns alunos do primeiro ciclo, do antigo segundo ano, da casa de Guimarães e Tortosendo.

A experiência foi positiva. Para lhe dar continuidade, optou-se pelas matérias curriculares do ensino público dos anos seguintes. Decorrente disso, impôs-se como tendência a não deslocação dos alunos para Fátima. Lentamente, o seminário de Guimarães (1967) e depois o do Tortosendo (1968), irão ter a funcionar internamente todos os anos do antigo regime liceal – do primeiro ao sétimo ano.

No ano de 1968, ao serem introduzidos em Guimarães e Tortosendo os três ciclos liceais, decidiu-se manter em Fátima apenas os três primeiros anos. No ano de 1969 a casa do Tortosendo enviou pela primeira vez alunos do 2º, 5º e 7º anos para exames oficiais. Os resultados foram satisfatórios. Em virtude desse ordenamento escolar, o número de professores contratados (9) passou a superar o número dos padres (7) da comunidade. Apostou-se seriamente no grupo do sétimo ano. Fizeram-se pequenas obras para os acomodar condignamente; dessa forma, puderam dispor dum prefeito que os passou a acompanhar no seu processo formativo. Essa medida acabaria por ter seguimento, pouco depois, no respeitante às outras turmas. Naquele fim da década de sessenta, o bom nome do seminário corria pelas Beiras. Muitos eram os que pretendiam ingressar na casa do Tortosendo. A massificação foi inevitável. O que acontecia na casa do Tortosendo, de forma similar também se dava em Guimarães; aliás, foi ali que se iniciou a experiência da não deslocação do 7º ano para outro seminário (Tortosendo ou Fátima). A medida teve efeitos pedagógicos benéficos e um impacto psicológico no corpo dos alunos; criou-se, sem dúvida, um espírito de pertença à instituição que tudo fazia para os acompanhar no seu percurso formativo. Os reflexos internos e externos não se fizeram esperar; dessa expressão de vitalidade ressentiu-se o

ano lectivo de 1967-1968 que atingiu o número mais elevado de alunos (195) na história da vida daquele seminário verbita de Guimarães.

Outras medidas inovadoras continuaram a fazer-se no Norte; a proximidade da cidade e, portanto, de estabelecimentos públicos de ensino, levou a equipa pedagógica local, no ano lectivo de 1969-70, a matricular os alunos do 7º ano numa dessas escolas. Essas experiências irão ter outros desenvolvimentos no decorrer da década de setenta e oitenta. Estamos perante anos de grande afluência aos seminários do Verbo Divino. No ano de 1970, num encontro de responsáveis pela formação dos seminários dos Religiosos em Portugal, constatou-se que a Congregação do Verbo Divino, com os três seminários em funcionamento, era o Instituto que mais alunos acompanhava em regime de seminário menor.

Imperava, de facto, nas três casas muita boa vontade. Nos anos de 1971-72 deram-se já desistências significativas, particularmente no seminário do Tortosendo. Em jeito de reflexão sobre a realidade interna que se estava a viver, também aí se reconhecia um certo défice na área da catequese, da dinâmica de grupo e da vivência litúrgica. Esse início de reflexão teve efeitos benéficos na pastoral vocacional que ulteriormente se introduziu e nas instâncias responsáveis pela admissão de alunos ao seminário. Apesar disso, deve dizer-se que foram anos de crescimento e de um índice respeitável de estudo sério, de boas performances lúdico-desportivas.

Já anteriormente, no dia 24 de Janeiro de 1965, com a presença do P. José Garibaldi na casa do Tortosendo, se tinha constituído o grupo de escuteiros no seminário; nos anos seguintes, para além do corpo de escutas, com o empenho do P. Aroldo Mendes, formou-se um bom grupo cénico que levou ao palco peças teatrais já anteriormente representadas em Fátima e Guimarães; tiveram particular impacto as peças – *A mocidade heróica* (8/12/1968) e a *Bandeira roubada* (8/12/1971).

A decisão de se ficar apenas com os três primeiros anos em Fátima, reduziu substancialmente o número de alunos. Essa contingência, sentida de igual modo por outros Institutos sediados na Cova da Iria, propiciou condições para a instituição dum sistema corporativo de ensino local. Assim, no Outono de 1968, várias instituições religiosas da Fátima juntaram os seus seminaristas naquilo que será depois formalmente reconhecido como Centro de Estudos da Fátima (CEF).

Os espaços disponibilizados pelos vários Institutos para aquela iniciativa obrigaram os alunos a uma dispersão desgastante. Esse desconforto, sentido desde o início, só será superado, já dentro doutro contexto, na década de noventa com a construção dum edifício de raiz que hoje alberga indiscriminadamente uma população estudantil mista proveniente da zona de Fátima e arredores.

Em Guimarães, no ano lectivo de 1969-70, os alunos do terceiro ciclo transitam para uma escola pública onde recebem a totalidade da sua escolaridade. Essas inovações criaram novas exigências de estudo e acompanhamento vocacional. Decorrente disso, a partir desse ano, os alunos passam a frequentar o ensino oficial e a prestar aí as respectivas provas.

A casa do Tortosendo, afastada geograficamente dum centro público de escolaridade, manter-se-á ainda por alguns anos com escola própria. Posteriormente, com alterações havidas no sistema educativo, criaram-se ali condições para a obtenção de paralelismo pedagógico para os alunos internos do seminário. A tutela, em virtude das condições ali

existentes, foi facultando por anos seguidos aquele sistema escolar e de avaliação. No início do ano escolar de 1986/87 o seminário do Tortosendo deixou de funcionar com escola própria. Os alunos transitaram para um Colégio particular da localidade (N. Sra. dos Remédios).

A diminuição de alunos e outras razões pedagógicas aconselharam a presença de todos os alunos na rede de escolas oficiais ou equiparadas. Foi o que se fez na década de oitenta e que tem persistido até aos nossos dias.

A casa de Fátima, que por décadas conhecera o fluxo de alunos das outras casas que para ali se dirigiam para terminar os seus estudos humanísticos, com algumas variantes pelo caminho, acabou por acolher na década de oitenta apenas os alunos do complementar; manteve-se ainda como internato até 1989. Nesse ano encerrava-se um ciclo que tinha tido o seu início no fim do Verão de 1954. Com essa medida, deslocava-se a totalidade dos alunos ali existentes para o seminário de Guimarães, onde se tinham criado condições para um bom acompanhamento de discernimento vocacional.

A par desse percurso de formação humanista, deu-se de igual modo uma intensa orientação espiritual, marcadamente verbita. Foram vários os factores multiplicadores que muito contribuíram para a sedimentação duma ligação familiar com a Congregação do Verbo Divino.

O fundo espiritual que todos transportavam do ambiente familiar e da vida paroquial adquiriu significado e profundidade com a vida litúrgica que se implementava por esses anos na vida interna de seminário. Os padres que tinham chegado do Brasil e, muito particularmente, os que tinham vindo da Alemanha, do seminário maior de Sto. Agostinho, onde a sensibilidade litúrgica expressava já consonância com as novas tendências ensaiadas nalguns territórios de língua alemã, mormente na Áustria com Pius Parsch (Klosterneuburg – Viena), deram nova criatividade litúrgica às celebrações habituais dos nossos seminários.

Procurou-se, sobretudo, incentivar uma participação alargada de toda a comunidade orante. Nesse sentido, estimulou-se a compra e a utilização do missal romano bilingue por forma a seguir de perto a celebração eucarística. Nesses momentos celebrativos subestimaram-se devocionários e deu-se prioridade aos textos próprios da missa.

Essas dinâmicas tiveram a sua máxima expressão nas principais festas litúrgicas da Igreja: Páscoa e Natal. O período natalício, que coincidia com o fim do primeiro trimestre escolar, era preparado com a devida antecedência. Com a proximidade da novena de Natal, a casa, nos seus espaços comuns, alterava-se com símbolos anunciadores da festa que se avizinhava.

Nos dias imediatos, transparentes e quadros alusivos ao mistério da Encarnação faziam dos lugares comuns, mormente a capela, corredores e refeitório, uma referência icónica da presença de Deus entre nós. As cerimónias, preparadas até ao pormenor, envolvia toda a comunidade de internos. Grupo coral e cénico, assembleia participante e responsáveis pelo desporto dispunham-se com emulação a expressar naqueles dias o que de mais anímico pulsava nos seus corações. O frio e a chuva de Inverno propiciavam condições de recolhimento, de harmonia fraterna e de proximidade, intensamente vividos aquando da entrega de presentes e doutras guloseimas prodigamente distribuídas por aqueles dias de alegria natalícia.

Para que tudo isso acontecesse, já nos primórdios das fundações portuguesas, muito contribuiu o diligente esforço dos padres formadores. Emblemático nesse sentido foi o gesto dos nossos alunos de S. Francisco Xavier (Bad Driburg – Alemanha): fizeram chegar aos alunos de Fátima, por ocasião do primeiro Natal da casa (1954), um conjunto de presentes que constituíram o gáudio duma população interna ainda em fase de acomodação.

O gesto da entrega de presentes repetiu-se ano após ano. A disposição esteticamente estudada daquele conjunto de objectos produzia, de facto, na alma daqueles jovens e adolescentes um deslumbramento arrebatador, capaz de produzir o que de mais belo se podia expressar em termos de convivência e fraternidade. Eram, de facto, momentos de família dum sem fim de pessoas que harmoniosamente se queriam e entendiam.

Esse clima de Natal, quase sem se perceber, secundarizava o desejo natural de passar as festas com os pais e irmãos. Entrecruzavam-se, de facto, dois ritmos, duas mentalidades. Por razões óbvias, a ânsia era mais forte da parte da família do que propriamente dos internos do seminário. Passados, felizmente, aqueles três dias inebriantes, partia-se também com muita alegria, no dia 27 de Dezembro, para as férias do Natal. Restabelecia-se assim o equilíbrio: o coração e a mente, dançando ao ritmo de dois amores, colocavam o formando num clima de sadio discernimento em ordem a uma opção séria de futuro vocacional.

A festa da Páscoa, de cuja centralidade dimana toda a vida cristã, era vivida com a profundidade própria do mistério que se celebrava. Por razões culturais, e até de limitada apreensão catequética, os dias de semana santa e de Páscoa transcorriam de forma mais sóbria sem a dispersão da beleza exterior que os dias natalícios proporcionavam ao grupo de alunos ainda numa fase de adolescência. Ressalvadas as devidas proporções, deve dizer-se que o empenho por todos assumido naquela quadra festiva redundava em momentos aprazíveis, de agrado geral para todos os alunos.

Até à década de sessenta, o seminário de Fátima, com um número elevado de alunos, espaçados por vários anos, reuniu as melhores condições para ser exemplar na vivência litúrgica e festiva. Dispunha duma capela imponente e outros cómodos apropriados para actividades cénicas e desportivas.

Circunstâncias favoráveis estiveram na génese dum início brilhante de vida litúrgico-espiritual. A presença na comunidade de confrades disponíveis para a música e o ritual celebrativo foi providencial para o início de tão rica tradição. A essa circunstância juntou-se bem cedo uma outra – o envio atempado dum conjunto de paramentos, ofertados pelo P. Ralph de Chicago, destinados ao uso habitual das celebrações no seminário. Procurou, de facto, aquele benfeitor da América encontrar no mercado disponível (Bélgica, Paris e Nova Iorque) o que de mais nobre, e até moderno, se confeccionava na área da paramentaria.

Da sua diligência, fez chegar directamente da Bélgica jogos completos de paramentos – casulas, dalmáticas, capas pluviais e véus-de-ombros – para os diferenciados tempos e festas da Igreja. Chegaram a Lisboa por avião. A burocracia de alfândega produziu momentos de desconforto nos destinatários. A fiscalidade, exigindo direitos aduaneiros, apontava para quantias inimagináveis. O preço estipulado era, de facto, incomportável para os poucos recursos da recente comunidade de Fátima.

Não restou outra alternativa que esperar o momento da hasta pública, que aconteceria inevitavelmente para os bens não levantados. A estratégia complicou-se: ao contrário do que

se pensava em Fátima, veio-se a saber da existência de pessoas na capital, interessadas também naquele género de mercadoria. Eram, de facto, tecidos ainda desconhecidos no mercado português. Para evitar a posse inapropriada daquelas alfaias, decidiu-se remetê-las à procedência – Bélgica.

Em Fátima traçavam-se, então, os mais variados cenários que permitissem a recuperação daquela valiosa oferta da América do Norte. A execução, inicialmente pouco credível, ficou a cargo do idoso P. Marino Van Es. Este sacerdote verbita, que conhecia bem Fátima e se ocupava então da difusão da mensagem de Fátima, deslocou-se devidamente credenciado à Bélgica para ali levantar os paramentos. Acondicionou-os em duas malas avantajadas e meteu-se no comboio com destino a Portugal. De forma matreira, colocou a respectiva mercadoria no lugar reservado a pertences individuais. Mais à mão, e com outra visibilidade, acondicionou outros volumes menores. Sentado no compartimento, de forma seráfica e composta, sem a dispensa do seu habitual terço do Rosário, chegara felizmente à estação de Fátima, sem o constrangimento duma devassa de fronteira; assim pôde chegar felicíssimo com aqueles objectos tão avidamente esperados em Fátima.

Essa paramentaria, com quadros alusivos aos momentos mais marcantes da vida de Jesus, será, em ambiente de celebração litúrgica, um estímulo catequético ao aprofundamento dos mistérios que o calendário litúrgico da Igreja propunha (e propõe) aos fiéis no decurso de cada ano. Daquela representação benéfica tirou proveito o grupo de formandos da casa de Fátima. Indissociável desse conjunto de alfaias, vieram também de fora cálices e cibórios ricamente ornados, onde o rendilhado e o encastramento de pedraria lhes emprestavam dignidade e grandeza. Esses objectos litúrgicos chegaram até Fátima por portadores de confiança. O P. Ralph, no Outono de 1955, encaminhou-os até Espanha; o P. Clemente Dumrauf, a partir de Coreses, fê-los chegar de forma segura ao seminário de Fátima. Um dos cálices foi utilizado pela primeira vez no dia 8 de Dezembro daquele ano. Foi, de facto, um acontecimento!

O amplo espaço da capela do seminário tornou-se o lugar privilegiado para a utilização daquele tipo de indumentária e objectos de culto. Os participantes dos actos celebrativos, comodamente instalados, sentiam-se facilmente tomados por uma disposição interior que os convidava para a celebração da fé.

A cultura musical, com expressão maior num coro criteriosamente seleccionado, pendia entre o clássico gregoriano e a polifonia para as grandes solenidades da Igreja e da Congregação. Manuseava-se com certa facilidade o *Liber Usualis* (colectânea de missas, hinário e salmos com música gregoriana) e outras partituras elaboradas para o abrilhantamento daqueles momentos solenes. Esses recursos musicais tiveram particular impacto na festa da Imaculada, Natal, Semana Santa e Páscoa.

A Paixão de S. João de Sexta-Feira Santa, à tarde, e o hino do *Stabat Mater*, à noite, cantados a vozes, proporcionavam momentos inesquecíveis onde o estético se combinava maravilhosamente com os passos dolorosos que se recordavam. Toda essa mediação adentrava aquele grupo de alunos num recolhimento apropriado ao momento de dor de que se fazia memória. O silêncio não se observava; vivia-se! O canto solene do Aleluia de Páscoa, anunciador da Ressurreição, era expressão duma alegria incontida de quem tinha vivido a cruz e agora jubilosamente celebrava o mistério da luz gloriosa que brotava do Ressuscitado.

A vertente musical, como componente indissociada da formação espiritual, não se confinou exclusivamente a coros isolados ou a grupos musicalmente dotados. O sentido de

participação foi encorajado por responsáveis e assumido gratamente por seminaristas que há muito se habituaram a identificar-se com o bom desempenho dos coristas do seminário.

A ideia de colocar nas mãos de todos um hinário seleccionado e uma colectânea de salmos retirados do clássico *Liber Usualis* concretizou-se com a feitura do livro mimeografado *Psallite Domino*. Nesse projecto empenhou-se o P. Maximiliano Kopietz com a colaboração de alguns alunos. Com os poucos recursos do tempo, em impressão mimeografada, numa encadernação sólida executada pelos reclusos da prisão-escola de Leiria, foi possível colocar nas mãos dos alunos um respeitável volume com quase 600 páginas no fim do ano de 1959.

O novo subsídio musical colmatava a necessidade que todos sentiam de participar mais activamente, e em comum, na oração proposta pela Igreja e nas novenas tradicionalmente vividas na Congregação. A estima que lhe devotaram e o manuseamento no uso semanal aferia, de facto, do apreço que todos lhe prestavam. Conteúdo e forma passaram a ser indicadores de mediações importantes para a moldagem espiritual daquele grupo de formandos.

Posteriormente, com as mudanças introduzidas pelo concílio Vaticano II, mormente aquelas decorrentes da constituição sobre a liturgia (*Sacrosanctum Concilium*), avançou-se para o vernáculo com dignidade e elevação. Mesmo antes de terminar o concílio, aprontou-se uma colectânea de cânticos, de pendor popular. Nesse esforço, teve mérito o P. Conrado Bacher que, com um grupo de seminaristas maiores e irmãos, na casa de Fátima, compilou cantos e missas, quase tudo em português, e reuniu em livro, também mimeografado, que saiu com o título de *Exsultemus Domino*.

O livro foi encadernado nas oficinas dos irmãos de Fátima, com singular empenho do irmão Gerardo. A titulação do livro, ainda em latim, revelava toda uma mentalidade de transição que então se vivia.

O natural apego à tradição e o persistente pendor para o clássico gregoriano pareciam, num primeiro momento, augurar tempos pouco favoráveis àquela iniciativa. Enganou-se quem assim pensou: de facto, enquanto o *Psallite Domino* ficou praticamente confinado à comunidade de Fátima em virtude da alta preparação que exigia o seu uso, o *Exsultemus Domino* foi paulatinamente adoptado sem qualquer dificuldade pelos alunos das outras casas. Foi assim que, naquele final de Agosto de 1965, se iniciava mais um ciclo de participação e celebração litúrgicas que irão fazer parte do quotidiano dos nossos alunos.

A par dessas últimas alterações na utilização do vernáculo no canto habitual dos nossos seminários, deram-se também mudanças na gestão do tempo de férias dos alunos. A sua ausência nas festas de Natal e Páscoa obrigou a introduzir outros ritmos de acompanhamento no seu percurso espiritual. Na década de setenta, a diminuição de vocações acentuava-se paulatinamente; impuseram-se, então, outras pedagogias e outras formas de celebrar a fé.

Os *irmãos* e a sua formação

A abertura dos seminários em Portugal teve como propósito primeiro formar missionários para a missão evangelizadora da Igreja, enquadrados num ideal de vida proposto pela Congregação do Verbo Divino. Essa proposta de vida dirigiu-se de igual modo aos vocacionados para a vida sacerdotal e aos que se sentissem chamados a traduzir esse ideal em forma de consagração laical.

Essa preocupação de fundo explica que desde o início das fundações portuguesas tenhamos com os alunos um pequeno grupo de candidatos a Irmãos. A circunstância de se observar desde o início a existência de padres e irmãos nas casas que se abriam, muito ajudou no acolhimento que se proporcionou aos candidatos a irmãos na Congregação.

A formação desses jovens ressentiu-se das vicissitudes do período fundacional. As referências que provinham dos irmãos mais idosos não foram facilmente entendidas. Questões de mentalidade, língua e estatuto de permanência transitória em Portugal não propiciaram uma ligação fácil e natural entre irmãos professores e jovens candidatos que demandavam a congregação.

Essas dificuldades pontuais eram em parte obviadas por um confrade que o Regional periodicamente responsabilizava para aquele grupo em formação. A sua área de intervenção ficou sempre muito limitada. Tratava-se dum grupo de formandos que, desde cedo, eram afectados a trabalhos que se prendiam com o funcionamento normal do seminário; em virtude disso, pouco tempo lhes restava para a formação humana e espiritual.

A década de sessenta trouxe evoluções respeitáveis. A casa de Fátima, com uma pastoral vocacional razoavelmente organizada, viu o grupo de candidatos a subir moderadamente. Com um grupo assim consistente, parecia ser normal que se avançasse com novos programas de valorização espiritual e profissional.

Esse desiderato por uma formação mais abrangente levou as casas do Tortosendo e Guimarães a encaminhar essas vocações para o seminário de Fátima. Isso explica que pelo ano de 1959 já não tenhamos candidatos em nenhuma daquelas casas.

Em Fátima, essa área de preocupação passou muito pela pessoa do P. Conrado Bacher, transferido de Guimarães em 1957, e, posteriormente, pelo P. Fernando Gross, chegado do Brasil em 1959. Os dois harmonizaram bastante bem a vertente espiritual e o aspecto técnico-profissional.

A inauguração do “Instituto Profissional S. José”, em edifício autónomo do seminário de Fátima, realizada no dia 1 de Maio de 1961, foi a concretização dum amplo projecto técnico-profissional para a formação dos candidatos a irmãos. O imóvel foi praticamente levantado por gente da casa: irmãos, candidatos e alunos. Ali ficaram instaladas várias oficinas: carpintaria, sapataria, alfaiataria, pintura, electricidade e mecânica geral.

O entusiasmo pelas novas instalações deu nova visibilidade à comunidade dos candidatos. Essa vitalidade teve repercussões positivas no âmbito da habitual promoção vocacional. Os pedidos de ingresso para irmãos deram-se num crescendo significativo. As incursões dos

padres Francisco Faes e Eugénio Selbach no Nordeste transmontano (1965) transmitiram confiança aos internos e entusiasmo aos que demandavam ingresso.

O esforço foi amplamente compensado; no início do ano lectivo de 1965/66 começaram a sua formação mais de 4 dezenas de candidatos (43); no ano seguinte o número sobe até 58. A cifra significou revigoramento e conseqüente registo de boas performances nas mais variadas actividades, particularmente na área do desporto.

A proximidade entre alunos e candidatos, indissociada dum ideal comum, tinha adquirido mais qualidade a partir de 1965; separados ainda pela tradição de currículos diferentes, acabaram por se encontrar em actividades lúdicas, cénicas e formativas; a constituição do grupo de escuteiros em Fátima (19/02/1967), com a participação quase natural de seminaristas maiores e irmãos, sedimentou uma nova forma de convivência, altamente inovadora, para nos compreendermos como filhos da mesma congregação.

A deslocação dos seminaristas maiores (Fratres) para Lisboa (1967) teve impacto na restante comunidade de Fátima. A habitual ligação existente entre seminaristas maiores e irmãos ressentiu-se do acontecimento. De forma corajosa quiseram os que permaneceram em Fátima manter de pé o ritmo habitual do seminário; a vida litúrgica e lúdica trouxe-lhes, sem dúvida, responsabilidades acrescidas. O Domingo Mundial das Missões e a festa de Cristo-Rei desse ano não desmereceu do brilho habitual. Esse voluntarismo, galhardamente sustentado por gente generosa, declinou paulatinamente nos anos seguintes.

O pessimismo que se apoderou de alguns, oportunamente denunciado, deu para percebermos tempos diferentes que se aproximavam. A perseverança vocacional diminuiu e o ideal de irmão, configurado já à base doutras mentalidades, era já assumido com discernimentos mais demorados. Possivelmente, se se desse continuação àquela boa harmonia, em boa hora iniciada, entre seminaristas maiores e irmãos, os resultados de afectação daquela numerosa juventude à congregação teriam sido diferentes.

Em 1968, o projecto pedagógico de seminaristas e candidatos a irmãos mereceu uma demorada reflexão do Regional de então, P. Guilherme Naumann, e seu conselho. A proximidade acima referida pedia uma evolução no tratamento formativo a dar aos candidatos a irmãos. Optou-se por eliminar o termo candidato para os formandos dos primeiros anos. Queria-se, dessa maneira, evitar uma onomástica que se tinha, infelizmente, conotado com apreciações secundarizantes referentes a uma parte expressiva de pessoas que em boa fé queriam traduzir a sua consagração religiosa em ministérios não ordenados. Estipulavam-se normas iguais para todos os que pedissem ingresso no seminário, quer optassem por ser irmãos ou padres. As exigências dos currículos escolares de então passaram a ser obrigatórias para os irmãos até completarem o 2º ciclo. Disponibilizava-se a casa de Fátima para acolher todos os que optassem pela vocação de irmão missionário.

As decisões tomadas foram expressão dum optimismo que teimava em não esmorecer. Os resultados não serão, contudo, muito animadores. A deslocação dos “fratres” para Lisboa, como já foi referido, criou um certo vazio naqueles grandes espaços formativos da casa de Fátima; qualquer responsável pela formação de irmãos naquele fim de década, em virtude das circunstâncias referidas, ver-se-ia confrontado com uma problemática que dificilmente poderia colmatar. A obrigatoriedade introduzida de frequentar uma escola exterior, em si positivo, levou aquele grupo de internos a uma inevitável tendência para a dispersão. Tudo isso exigiria redobrado esforço de acompanhamento da equipa formadora. A evolução daquela situação seguiu por caminhos inesperados; foram anos, de facto, dalgum desconforto para quem tanto tinha apostado nas vocações de consagração a irmão. Felizmente, com o

tempo, e já com outras perspectivas, deve reconhecer-se que todo aquele esforço também deu e continua a dar, em termos de responsabilização eclesial e missionária, visíveis frutos de interesse empenhado na tarefa evangelizadora da igreja.

Noviciado e Seminário maior

O percurso de formação que se fazia nos três seminários da Congregação em Portugal – Tortosendo, Guimarães e Fátima - orientava seminaristas e candidatos a irmãos para um compromisso definitivo. Após os estudos secundários, iniciavam os alunos dois anos de noviciado. O primeiro curso, a título excepcional, tinha-se deslocado para Roma (1954) para aí, num ambiente internacional, fazer o noviciado. Depois dessa fase de formação, complementariam ainda o seu curso de humanidades. O P. Alexandre Janssen, que tinha acompanhado o primeiro grupo de noviços a Roma, aproveitou a ocasião para sugerir e pedir ao generalato a possibilidade dos seminaristas portugueses poderem concluir todos os estudos humanísticos em Portugal. A proposta teve acolhimento positivo. Assim, por carta de 25 de Setembro daquele ano, escrita da sua terra – Bottrop – informava os confrades de Portugal da anuência de Roma em permitir a conclusão do antigo 7º ano aos alunos de Portugal.

Os finalistas que vieram depois do primeiro curso, terminaram os seus estudos em 1959. Dentro do processo normal de formação, transitaram para o noviciado, onde, de forma mais intensa, aprofundaram as razões da sua adesão à congregação do Verbo Divino. Por determinação superior, escolheu-se a casa do Tortosendo para acolher o primeiro noviciado português. Ficou como primeiro orientador o P. Guilherme Naumann. No ano seguinte, o noviciado é transferido para Fátima. Após o noviciado, iniciaram aqueles professores, também em Fátima, o ciclo filosófico. Para essa nova etapa de estudo, para além do P. José Otto Popp, contou-se durante algum tempo com a presença do P. Carlos Lambertz.

No ano de 1962, com a saída do P. Lambertz para Espanha (Dueñas) e os afazeres cada vez mais intensos do P. José Otto Popp, nomeado esse ano para um novo triénio de Regional, matricularam-se os filósofos no curso filosófico-teológico que os padres dominicanos ministravam no seu convento de Fátima – Sedes Sapientiae. Dessa forma, noviciado e seminário maior ficavam sediados em Fátima. Para a teologia, optou-se inicialmente pela casa de Sto. Agostinho, Alemanha, onde se encontrava já o José Antunes Vaz a terminar o curso e por onde tinha passado o José Hipólito Jerónimo antes de partir para a nossa casa de Techny (E.U.A). Para a Alemanha, entre 1963 e 1965, deslocaram-se três cursos. A partir daquele período, permaneceram os estudantes maiores em Portugal, até concluírem os estudos filosófico-teológicos.

Essas decisões coincidiram com o fim dos trabalhos conciliares do Vaticano II. Exigências de esclarecimento doutrinal e novas formas de fazer pastoral impuseram reflexões renovadas aos centros da inteligência católica. Advogavam-se competências e centros que se dessem ao bom desempenho de fazer teologia. Decorrente desse tipo de preocupações, em boa hora decidiram alguns superiores maiores, que mantinham alunos com os padres domi-

nicanos em Fátima, encontrar alternativas sólidas que garantissem um professorado teologicamente preparado para o desempenho dos novos currículos pedidos pelo Vaticano II.

Foi nesse contexto que a opção Lisboa acabou por colher um certo consenso. No Verão de 1967 a decisão já estava tomada. Os Institutos que aderiram ao novo projecto (Franciscanos, Carmelitas calçados, Coração de Maria, Monfortinos, Consolata, Verbo Divino e Vicentinos) e não tinham casa em Lisboa, empreenderam procura de instalações para albergar os seus estudantes.

Os verbitas, que não tinham tradição citadina, encontraram dificuldades na procura da casa ideal que lhes permitisse ambiente de estudo e vida comunitária. Finalmente avançou-se para um antigo solar sediado na Póvoa de Santo Adrião, que fazia parte dum prédio rústico conhecido por Quinta da Quintinha.

Para lá se deslocaram os 15 seminaristas maiores, no dia da abertura das aulas (09/10/1967) que se deu no convento franciscano do Largo da Luz (Lisboa). O dia registou as peripécias mais variadas. Para além da participação no acto académico de abertura, viram-se na contingência de montar no mesmo dia o imprescindível para o normal funcionamento duma comunidade religiosa.

Do autocarro fretado que os levou à capital e da camioneta de carga que quase tudo levava para o recheio da nova casa, retirou-se um sem número de pertences e o indispensável para uma rápida acomodação. Tudo foi gerido num curto espaço de tempo.

No dia seguinte, em condições precárias, retomavam a vida académica e comunitária. O P. Lúcio Brandão, que temporariamente acompanhou esse grupo, foi inexcedível em atenções e a pessoa exemplar para os ajudar a gerir a precariedade natural daquela mudança.

Acontecimentos inesperados interromperam rapidamente aquela experiência; as inundações que assolaram a capital na noite de 25 para 26 de Novembro de 1967 comprometeram de facto a sua permanência em Lisboa. A ribeira de Odivelas, ressentindo-se duma tromba de água, transbordou de forma inusual naquela noite fatídica, causando mortes e avultados estragos materiais nalgumas zonas ribeirinhas. A casa habitada pelos estudantes verbitas ficou seriamente danificada. Deixou de oferecer segurança e condições de habitabilidade. Nessas circunstâncias, fomos acolhidos pelos padres da companhia de Jesus numa casa anexa ao colégio de S. João de Brito (Lisboa).

Aquela hospedagem que devia ser passageira, prolongou-se um pouco mais; envidaram-se, de facto, esforços na procura duma nova casa na zona do Lumiar ou Ameixoeira. As prospecções, orientadas diligentemente pelo P. Carlos Diederichs, mostraram-se infrutíferas. O P. Marcos Frota, na ausência do P. Regional, P. Guilherme Naumann que se encontrava em capítulo geral em Roma, dirigiu-se pessoalmente à Cúria geral para expor directamente a situação que se vivia em Lisboa.

Nas vésperas da festa da Imaculada, chegavam já de Roma orientações claras; devia desistir-se, de momento, da opção Lisboa; os estudantes poderiam optar pelos seminários maiores verbitas esparsos na Europa. A maioria (13) ficou-se por Cizur (Pamplona-Espanha); dois decidiram-se por Santo Agostinho (Alemanha).

A permanência em Espanha foi transitória; à excepção de três finalistas, regressaram todos a Portugal no fim do ano lectivo de 1968. O novo ano (1968/69) foi reiniciado novamente em Lisboa. Assim, no dia 3 de Outubro de 1968, partiam novamente de Fátima rumo à

capital; ali se instalaram numa casa alugada, sita na Estrada do Calhariz de Benfica, 9 estudantes e um padre. Como já o tinham feito antes, matricularam-se novamente no Instituto Superior de Estudos Eclesiásticos (ISEE), no convento franciscano do Largo da Luz, para aí prosseguirem os estudos.

O projecto de dar mais estabilidade e permanência mais consistente na comunidade da capital levou os superiores de então a optarem pela compra duma casa ou apartamentos concentrados que permitissem, de facto, uma acomodação mais apropriada àquele grupo religioso em formação. Foi assim que, num curto espaço de tempo, na Primavera de 1970, se compraram vários apartamentos, de propriedade horizontal, num prédio em fase de acabamento, sito na antiga Travessa da Granja, mais tarde denominada Praça Prof. Santos Andreia. Após algumas alterações internas, acomodaram-se aí os seminaristas maiores. Com um gesto simbólico de inauguração, no mês de Outubro daquele ano, iniciava-se aí um percurso de estudo e de formação de forma mais estável. Ali se permaneceu até 1997. Nos fins de Março desse ano, dá-se a mudança para um seminário novo, construído de raiz, em terreno próprio, perto da Universidade Católica Portuguesa; hoje, residem ali os seminaristas maiores; no imóvel instalou-se também a cúria provincial e outros serviços de apoio aos missionários em trânsito de/e para a missão.

Acontecimentos identificadores dos **verbitas** em Portugal

A dimensão cénica

Fez sempre parte das actividades de seminário introduzir os alunos nas artes de representação, cultivando com isso a capacidade crítica das obras propostas para encenação. A casa de Fátima dispunha, de facto, de óptimas instalações para o efeito; disso se apercebeu o P. Luís Gusmão que, de quando em vez, presenteava os alunos e os demais membros da comunidade com algumas peças de teatro.

Com a nomeação do P. Carlos Diederichs para Reitor do seminário de Fátima (22/12/1956), deram-se, de facto, alterações significativas na dinâmica de vida interna do seminário. No dia 7 de Setembro de 1957 é inaugurado o órgão de tubos, importado directamente da Alemanha, prenúncio de alterações na formação musical e consequente embelezamento dos actos litúrgicos. Nesse mesmo mês é adquirida uma máquina de projectar filmes – Siemens 2000 – para uso interno. Na parte exterior do seminário, melhoraram-se os pátios envolventes e lugares de recreio, equipando-os com bancos a condizer com os muros que os confinavam; para regular o tempo de permanência nesses lugares exteriores, é colocado um sino visível e sonante – o S. Gabriel – que muito contribuiu para a pontualidade que muito se prezava; a gripe “asiática”, que tantos vitimar por ocasião da peregrinação aniversária do 13 de Outubro de 1957, não se serviu do lânguido ribombar do prestimoso instrumento para

anunciar qualquer infausto acontecimento; tudo ficou adiado, felizmente, para idades mais maduras.

O ano seguinte (1958) foi rico em acontecimentos: iniciou-se o capítulo geral da congregação que elegeu o novo superior geral, P. João Schuette; deu-se a transferência do P. Luís Gusmão para a Região de Accra, hoje, Gana; as cerimónias do 13 de Maio foram transmitidas pela primeira vez pela RTP; em Roma (Castelgandolfo), após lenta agonia, morria o papa Pio XII (9/10/1958); de seguida, o mundo rejubilou com a eleição de João XXIII; foi também nesse ano que o seminário de Fátima recebeu a visita do primeiro purpurado, o cardeal Teodósio de Gouveia, arcebispo de Lourenço Marques, hoje Maputo (14/11/1958), etc.

A prefeitura de então, sensível a essa panóplia de eventos, quase todos de natureza eclesial, transmitia-os aos alunos, ajudando-os a fazer o seu enquadramento e a ver neles a sua real importância para a Igreja e para o mundo. Dessa feliz comunicação deu-se um louvável equilíbrio entre o ritmo de internato e a ligação com o mundo exterior que tanto tinha a ver com o futuro daqueles formandos.

No seguimento dessa harmonização saudável que se sedimentava entre padres e alunos, de forma quase heróica, deu-se o périplo de férias do P. Carlos Diederichs com o P. Luís Kondor, no Verão de 1958, visitando os alunos do Norte e das Beiras. Tenácia e engenho puseram-nos à prova; de quando em vez, alombando as frágeis motorizadas que os transportavam, encurtaram atalhos e superaram obstáculos inimagináveis, prosseguindo denodadamente no contacto directo com aqueles miúdos que tanto prezavam.

No ano lectivo de 1958/59 há alterações apreciáveis na dinâmica de estudo e de aulas, assim como noutras áreas de intervenção pedagógica. A vertente musical aprimorava-se pelos esforços do P. Maximiliano Kopietz. Com a ausência do P. Gusmão, assumiu com determinação as actividades de palco o P. Carlos Diederichs. Procedeu a uma selecção criteriosa de alunos dotados e avançou decididamente para representações de certa envergadura. Para o efeito, deu uma nova disposição ao palco; projectou e executou uma estrutura funcional de utilização rápida de cenários de suporte às peças em representação. A par disso, deu início aos ensaios da obra dramática de Goethe: o Fausto. Os guiões exigiram memória e arte. A mão de mestre e a disciplina assumida pelos intervenientes deram resultados satisfatórios. A primeira representação, efectuada no dia 11 de Maio de 1959, na presença do novo superior geral, P. João Schuette, e restante comunidade, foi dum sucesso enorme.

Trabalhou-se, então, a ideia dum encontro de todos os alunos da Região para que, em conjunto, pudessem apreciar a mensagem e a beleza duma tal obra cénica. O P. Schuette que por esses dias se encontrava em Portugal, ao ser abordado nesse sentido, acabou por concordar e concedeu, de facto, uma peregrinação a Fátima aos alunos de Guimarães e Tortosendo para que pudessem também apreciar aquela peça dramática de Goethe. Assim aconteceu! No dia 21 de Maio, todos juntos, com membros doutras comunidades religiosas da Cova da Iria e a agradável presença do bispo de Leiria, puderam participar na representação. O impacto foi muito positivo. A pedido do Sr. Bispo, programou-se uma nova repetição para o povo e seminário de Leiria. “A Voz do Domingo”, Semanário diocesano de Leiria, passou para o âmbito da diocese, em termos elogiosos, o acontecimento, enfatizando a

mensagem, a beleza dos cenários, originalidade do guarda-roupa e, sobretudo, o mérito do encenador e dos jovens artistas.

O Fausto poderia ter sido mais uma sequência de emoções estéticas, habitualmente vividas por quem se abre minimamente à vertente da arte cénica. Em termos de Verbo Divino, significou um exercício de cultura de rara beleza que acabou por caldear no espírito dos alunos um forte sentimento de união interna. A população local, que já nos procurava por razões de atendimento sacramental e criatividade litúrgica, ficou gratamente surpreendida pelas novas propostas e mensagem que se lhe acabavam de transmitir por mediação cénica.

A igreja diocesana, particularmente o seu bispo, habituada a demandar Fátima como pólo mariano, sensibilizou-se também por criatividades emergentes que estavam a acontecer no espaço diocesano.

As repercussões desses acontecimentos de Maio terão particular impacto na forma de ser seminarista do Verbo Divino em Fátima e nas outras casas. O esforço de fazer mais e melhor será uma tendência habilmente estimulada pelos responsáveis da área pedagógica. Interiorizaram-se valores; assumiram-se atitudes. Para o grupo interno, o seminário passou a ser o “meu seminário”; e os alunos, para a comunidade formadora, eram, efectivamente, “os nossos alunos”. Os valores que então se propunham, caracterizadores dum ideal de vida, eram, de facto, apreciados e amados. Tratou-se, felizmente, dum período de crescimento e consolidação.

Vivência e prática do **dinamismo missionário**

Os elementos identificadores duma Instituição têm muito mais a ver com a mentalidade e o processo formativo dos seus membros. O acontecimento “Fausto” deu-se num contexto de seminário menor; felizmente, as instituições crescem e o grupo de formandos entra noutras fases de crescimento.

A vivência do espírito missionário tinha acompanhado desde cedo os alunos dos seminários menores. Como reflexo desse espírito, mas já num contexto doutras compreensões, num ambiente de seminário maior, deu-se a fundação da Academia Missionária no seminário de Fátima. Tudo se processou com muita naturalidade. A passagem do noviciado para Fátima e o início na mesma casa do ciclo filosófico colocou, de facto, aos estudantes dessas fases formativas acrescidas responsabilidades na dinamização do ideal missionário. A par doutras instituições que funcionavam já noutros seminários, no ano de 1962, organizou-se em Fátima a Academia Missionária P. José Freinademetz, com estatutos próprios já a partir de 30 de Junho de 1963.

A animação missionária interna, como já foi referido, sempre muito presente no passado por diligência dos encarregados da formação, paulatinamente passou a ser liderada pelos seminaristas maiores. O mês de Outubro, particularmente o Domingo Mundial das Missões, propiciava desde há muito, momentos de assinalável dinâmica missionária entre os alunos. Em ordem a potenciar esse espírito de abertura, entendeu-se erigir uma Academia Missi-

onária para coordenar as actividades existentes e implementar outras com repercussões benéficas para o exterior. Nesse sentido, deu-se início a uma exposição missionária permanente numa das montras da Casa Verbo Divino (hoje loja do Hotel Verbo Divino); a par dessa mensagem expositiva, procurou-se passar para a imprensa regional notícias de carácter religioso e missionário.

Essa nova fase de abertura redundou em actividades inovadoras. Assim, no ano de 1963, na festa de S. Gabriel, padroeiro da filatelia, organizou-se entre os alunos a campanha do selo usado. O acolhimento excedeu o mais razoável dos optimismos; o resultado foi francamente bom. Novos tempos se prenunciavam; do interior, muito em breve, se passaria para o exterior.

No Outono de 1964 idealizou-se uma campanha do selo usado a lançar nalgumas escolas primárias do país. Da reflexão, passou-se rapidamente à acção; assim, no mês de Janeiro de 1965 são já enviados, para 300 escolas do território nacional, impressos de sensibilidade missionária. O bom acolhimento quase imediato, levou a Academia Missionária, uma semana depois, a contactar mais duas centenas de escolas.

Essa dinamização missionária para o exterior, que incluía aspectos práticos e respeitavelmente apelativos para aquele mundo de escolaridade elementar, trouxe responsabilidades acrescidas e um volume de trabalho que foi partilhado e gerido com muita dedicação. Chegou-se a cruzar correspondência com cerca de 200 professores de escolas primárias. Naquele então, foi, sem dúvida, uma expressão criativa de missão e que, a todos os títulos, teve repercussões positivas em todos os que, de forma generosa, se envolveram nessa dinâmica missionária.

As primeiras ordenações

Do grupo que tinha tomado o hábito da Congregação naquela manhã de 8 de Setembro de 1954, ordenaram-se apenas o P. José Antunes Vaz, na Alemanha, no dia 8 de Dezembro de 1963 e o P. José Hipólito Jerónimo, em Fátima, no dia 2 de Agosto de 1964.

A alteração de currículos, a mudança de casa de noviciado e seminário maior tinham contribuído para uma progressiva separação entre os novos sacerdotes e o resto dos formandos da comunidade verbita portuguesa. A vida de seminário era, de facto, tão intensa que pouco tempo restava para uma normal correspondência entre os primeiros padres ordenados e os seminaristas maiores que não tinham deslocado para o estrangeiro.

A deslocação do grupo de teólogos portugueses, que no mês de Agosto de 1963 efectuara para Sto. Agostinho (Alemanha), amenizou essa distância. As crónicas periódicas que de lá vinham e, muito particularmente as que tinham sido elaboradas por ocasião da recepção de ordens do P. José Antunes Vaz, avivou memória nalguns e despertou interesse noutros. A notícia do destino missionário dos dois para Portugal foi acolhida com interesse e respeitável contentamento. A presença do P. Lúcio na ordenação do P. José Vaz foi o retomar duma ligação que se pretendia cada vez mais estreita. A decisão, em boa hora tomada, de marcar a ordenação do P. Jerónimo para Fátima constituiu um momento singular e agregador de todos os verbitas portugueses.

Com aquela ordenação actualizaram-se dinâmicas de comunhão já anteriormente implementadas por outros acontecimentos marcantes da Região portuguesa. O encontro dos alunos de todas as casas, dentro duma tradição que já vinha desde a representação do Fausto, passou a constituir uma das afirmações da consciência verbal portuguesa. Para além da razão central daquele evento, a ordenação do P. Jerónimo e da primeira missa dos dois novos padres no dia seguinte, P. Jerónimo e P. José Vaz, houve a preocupação de gerir aqueles dias com uma série de actividades religiosas e formativas. À grandeza da cerimónia, seguiram-se jogos e uma imponente representação cénica – “*As Pistrinas: a última hora do paganismo*” – que não desmereceu de representações anteriores.

Mais uma vez, saía-se de Fátima com a feliz sensação duma casa acolhedora, onde o religioso, o lúdico e o cénico se dispunham como mediações equilibradas na arte de bem formar e melhor servir. Naquele esforço recorrente, intervieram padres, alunos e candidatos. Todos se entregaram com emulação para tornarem aprazíveis e dignos os acontecimentos que se celebravam. A comunidade flexibilizou-se e, lentamente, deixando para trás tradições de tendência fragmentária, reconheceu, felizmente, na ajuda mútua mais um factor integrador, onde a fraternidade e a comunhão, vividos em profundidade, pareciam ser, mais uma vez, os valores mais consentâneos para gerarem hábitos de bom entendimento e prestimosa colaboração.

A abertura da *missão de Angola*

A aceitação da missão de Angola (Luanda) foi o resultado dum processo que já vinha de longe. A fundação verbal em Portugal teve como preocupação primeira a formação de missionários para a acção evangelizadora da Igreja. Os campos de prioridade missionária, dentro da melhor tradição da Congregação, tinham sido sempre assumidos pela Instituição após petição expressa dos organismos centrais da Igreja ou dalgumas Igrejas locais. Esse espírito de abertura não excluía de todo em todo qualquer território. Circunstâncias várias vieram apressar uma decisão que se tornou quase inadiável: a assunção dum espaço de evangelização no antigo ultramar português.

Desde os primeiros meses do início da fundação no Tortosendo, já o P. Caio, ao intentar reconhecimento e isenções fiscais, viu-se confrontado com a delicada questão da não presença da Congregação em terras do ultramar. Disso informou Roma e deu a entender a conveniência objectiva da abertura, num futuro próximo, duma missão num dos territórios ultramarinos.

A mentalidade portuguesa do tempo dificilmente dissociava missionação de uma presença em territórios do ultramar. As circunstâncias do abandono da missão de Moçambique e a persistência duma mentalidade de padroado existente ainda nesses territórios não eram ignorados pela Cúria geral. Para além do mais, a fundação estava a iniciar-se e, portanto, qualquer decisão que viesse a ser tomada, dependeria inevitavelmente da evolução da presença verbal em terras portuguesas.

Com o início das obras em Fátima (1952) e a sua conclusão (1955), a visibilidade verbal ganhava outras dimensões. A passagem por Fátima de bispos missionários, muitos deles provenientes de territórios do ultramar, fez aumentar o pedido de envio de missionários

verbitas para aquelas paragens. Dentro da ordem normal das coisas, esses pedidos eram encaminhados para a Cúria geral. As respostas protelavam-se; tudo indicava que a anuência a esses pedidos dependeria do ritmo de profissões perpétuas e ordenações que se viessem a verificar em Portugal. Em parte, assim aconteceu.

Como já foi referido, o espírito missionário era fortemente inculcado nos alunos dos nossos seminários. Por razões óbvias, a geografia da missão, que povoava então a mente daqueles jovens, pendia para a universalidade que coincidia com a esparsa missão da Congregação nos vários continentes. A passagem de missionários e bispos de terras de missão pelas nossas casas era respeitavelmente assinalada e prestava-se a uma familiarização com aqueles povos que julgávamos já nossos. A cerimónia da entrega da cruz missionária, no dia 29 de Junho de 1958, ao P. Luís Gusmão, pelo P. Leopoldo Pfad, e a sua despedida no dia 1 de Julho do mesmo ano para a Região de Accra (hoje, província do Gana), envolveu toda a comunidade de Fátima. A despedida foi comovente. O carteamo posterior que se trocou entre o P. Gusmão e Fátima foi, sem dúvida, expressão dum interesse grande pela missão. As cartas do P. Gusmão eram recebidas e lidas como se dalgum familiar se tratasse.

Sem que transparecesse demasiado para a comunidade dos alunos, hoje sabemos que os pedidos de abertura de campos de missão nas possessões portuguesas se fizeram com certa insistência. Provinham, regra geral, de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Com a abertura do concílio Vaticano II (1962) e a conseqüente deslocação dos bispos a Roma, fez que muitos desses pedidos fossem formulados pessoalmente junto da Cúria geral.

No fim do ano de 1964, o P. Adolfo Spreti, assistente geral, encontrando-se de visita às nossas missões do Congo, incluíra também no seu périplo uma deslocação a Angola e a Moçambique. Apreciaria localmente a possível viabilização da abertura de mais uma frente missionária nalgum daqueles territórios.

Em Angola foi-lhe proposto pela diocese de Luanda, como local de possível missão, uma zona de periferia, carente de assistência religiosa e evangelização; com esses dados em mão regressou imediatamente a Roma e propôs ao conselho geral a assunção daquele território missionário. No ano seguinte, o P. Spreti, de visita a Portugal (desde 19 de Fevereiro até meados de março de 1965), deu a conhecer esse projecto aos responsáveis da Região portuguesa. O acolhimento positivo que de todos percepcionou, deixou-o optimista e, na sua passagem pelo Tortosendo, num improvisado que tem com os alunos, pôde já adiantar – “é possível que a Congregação lá se estabeleça”.

O acerto de vontades deu os seus frutos; meses mais tarde, destinavam-se já para aquele território um missionário experimentado do Congo, o brasileiro P. Elírio dal Piva, e o P. Wilson Alves, também brasileiro, que estava a terminar o curso de teologia na Alemanha, em Sto. Agostinho.

A nova frente missionária foi em parte conduzida pela Região portuguesa. Em virtude disso, marcou-se o dia 20 de Março de 1966 para a cerimónia da entrega da cruz missionária aos dois confrades que iriam iniciar a missão de Angola (Luanda). Tudo foi preparado cuidadosamente. Para presidir, foi convidado o núncio apostólico, Mons. Maximiliano de Fuerstenberg; convidara-se igualmente um antigo missionário verbita de Moçambique, posteriormente ordenado bispo no Brasil, D. Manuel Koenner, assim como o bispo de Leiria, D. João Pereira Venâncio.

Naquela manhã quase primaveril, tinha-se concentrado praticamente toda a Região em Fátima. Vieram também os alunos das outras duas casas. As liturgias, acompanhadas por guiões apropriados, tiveram uma participação apreciada. Os espaços comuns do seminário engalanaram-se com painéis alusivos à Congregação e à Missão de Angola. O auge da festa foi, sem dúvida, a entrega da cruz missionária. A Emissora Nacional referiu o evento nos seus serviços informativos; a Rádio Televisão Portuguesa, acedendo a um convite previamente enviado, esteve presente e recolheu sequências de imagens que passou no telejornal da noite.

Na tarde desse dia, a condizer com os actos festivos da manhã, houve uma sessão solene no salão nobre do seminário. Nela participaram as três casas – Fátima, Guimarães e Tortosendo. Foi uma partilha que todos souberam apreciar.

A família verbita, previamente mentalizada para aqueles actos celebrativos, demorou-se ainda por Fátima por três dias; nunca a casa tinha albergado tantas pessoas. Tudo tinha sido preparado meticulosamente; e já no decurso daqueles momentos festivos, para que a informação interna circulasse, foi editado diariamente uma revistinha – *Radar do Encontro* – que a todos informava dos pormenores daquele encontro.

A maioria dos alunos, que tinha estado em Fátima, provinha já de Guimarães e Tortosendo. Esse grupo, proveniente dos dois seminários, na forma como esteve e participou, protagonizou renovadas formas de afirmação. Assim o Tortosendo, com a sua orquestra juvenil e o garboso corpo de escuteiros, emprestou brilho e alegria à tarde recreativa passada no salão de festas; os alunos de Guimarães, servindo-se dum belo texto, produziram para a numerosa plateia um razoável coro-falado; essa intervenção diferenciada foi, sem dúvida, o prenúncio duma presença positivamente diversificada que se cultivará futuramente nos acontecimentos mais marcantes do Verbo Divino. Três dias depois, no dia 23 de Março, tomava o P. Elírio o avião com destino a Luanda. Um pouco mais tarde, no dia 27 de Abril, embarcava no “Infante D. Henrique”, o P. Wilson Alves com o mesmo destino.

Com a presença destes dois missionários a missão angolana teve uma evolução positiva. A diocese de Luanda atribuiu-lhes a zona da Terra Nova, Cazenga, Rangel e Moceques. Foi dessa forma que a Região portuguesa se estendeu às longínquas terras de África. A solidariedade fraterna levou o P. Regional, P. Guilherme Naumann, no ano seguinte, a visitar aqueles nossos confrades; foi um gesto estimulante e, acima de tudo, ocasião única para perspectivar todo um conjunto de infra-estruturas que muito iriam contribuir para a futura consolidação daquela zona missionária.

De regresso a Portugal, o P. Guilherme Naumann, reuniu conselheiros e acabou por dar seguimento a projectos imprescindíveis para o bom funcionamento daquela missão. Teve a feliz ideia de encarregar o P. Eugénio Selbach de organizar uma campanha de angariação de fundos na Alemanha destinados à construção de dois locais de culto na zona da implantação verbita na periferia de Luanda. Em apenas três meses, a campanha, que ultrapassou todas as expectativas, deu-se por concluída.

A generosidade europeia teve expressão rápida na zona da Terra Nova; assim, no dia 31 de Dezembro de 1967, era já inaugurada pelo arcebispo de Luanda, D. Moisés Alves de Pinho, uma igreja dedicada a Cristo-Rei.

Até ao fim da década, a missão será reforçada com a ida de outros missionários de Portugal (P. António Brito, P. Américo Gonçalves Ribeiro, Frater Felgueiras e Irmão Gerardo Gaspar Esteves). Nos primeiros meses de 1974, antes do 25 de Abril, abriu-se ainda a missão de Caungula, distante de Luanda cerca de 800 quilómetros.

Após o 25 de Abril de 1974 e o processo de descolonização que irá levar progressivamente à independência das antigas possessões ultramarinas, as missões de Angola serão afectadas naquela transição política. Por acto administrativo, entendeu a Cúria geral fazer depender aquelas duas missões (Luanda e Caungula) do Generalato. A nova situação jurídica não abalou a ligação natural que de Portugal se continuava a manter com aquelas missões e confrades; decorrente disso, e também por vontade expressa do Generalato, o financiamento das despesas correntes daquela zona missionária continuou a ser suportado substancialmente pela Província portuguesa. A situação manter-se-á em parte até à constituição da Província angolana no ano de 1993.

Associação dos Antigos Alunos

Na primeira década da abertura e funcionamento dos seminários do Verbo Divino em Portugal, a demanda de entrada massificada de jovens e adolescentes naqueles estabelecimentos exigirá de futuro um trabalho de apurado discernimento vocacional e a inevitável selecção de candidatos à vida religiosa e missionária. Foram muitos os que, por razões várias, tiveram de desistir.

Os alunos que tinham deixado aqueles espaços de formação, cedo se deram conta que a quebra do vínculo institucional não os excluía de todo em todo dos objectivos dos grandes valores cristãos, particularmente daqueles que se relacionavam com a acção evangelizadora da Igreja. Por razões de proximidade afectiva, sedimentada por anos de permanência no seminário, sintonizaram facilmente com esses valores e interessaram-se sempre por tudo o que a Congregação ia fazendo em Portugal e no mundo.

Essas energias foram felizmente catalisadas por pessoas que tinham estado ligadas à prefeitura, mormente pelo P. Eugénio Selbach. O núcleo inicial que se constituiu como associado, quase todos ex-alunos do P. Eugénio, tinha transportado para os seus espaços de trabalho um conjunto de valores que, em boa hora, tinha adquirido no período de permanência numa casa verbita. Pode dizer-se: o ideal verbita tinha entrado efectivamente nas suas vidas.

As dinâmicas de formação e de actividades específicas que tinham preenchido o quotidiano da vida dos alunos internos daquela primeira década dificilmente poderiam cair no esquecimento. A seriedade no estudo, o equilibrado exercício de piedade, a calendarização e preparação das grandes festas litúrgicas e a ocupação dos tempos livres foram, sem dúvida, complementos de alma que tocaram profundamente o que de mais anímico movia aquela juventude generosa.

A correspondência que amiúde fizeram chegar a Fátima foi, certamente, expressão de laços afectivos que se pretendiam vivos e aprofundados. Desse carteamo e visitas esporádicas, sentiu-se a necessidade de avançar para uma organização mais consistente.

De encontro a essa vaga de fundo, decidiu o conselho Regional, na sua sessão de 14 de Julho de 1960, responsabilizar o P. Eugénio, então Reitor de Fátima, de proceder à constituição duma Associação que englobasse os Ex-alunos do Verbo Divino. Esse desiderato teve, de facto, efeitos práticos; assim, já no ano seguinte, no dia 10 e 11 de Junho, se pôde realizar o primeiro Encontro da respectiva Associação. Nessa reunião, com a presença de 17 ex-alunos, estiveram praticamente presentes todos os recantos de Portugal.

Dois anos mais tarde, em 9 e 10 de Junho de 1963, realizou-se o segundo Encontro nacional. Da programação registada, notou-se ainda uma proximidade grande entre internos e externos: refeições, convívios e actos litúrgicos foram partilhados com muita naturalidade. Era normal que assim acontecesse! De Fátima tinham partido e a Fátima regressavam. O conhecimento mútuo muito ajudou nesse sentido.

Em reunião à parte, reflectiu aquele grupo de ex-alunos sobre a natureza da Associação e seus objectivos. As decisões, dada a limitada presença de ex-seminaristas, foram tomadas com cautela. De todos os modos, houve abertura para incluir nos próximos encontros um tempo razoável para a informação e formação espiritual. Decidiram-se pela publicação dum boletim próprio e impresso, substituindo assim o “Notícias”, mimeografado que se publicava desde Julho de 1960; a titulação da nova publicação aprovada – *Lux mundi* – expressava o ideal que se pretendia propor ao ex-aluno: ser luz nos mais variados sectores do mundo onde cada um se realizava como homem e cristão. Esse título e ideal têm permanecido até aos nossos dias.

Os primeiros anos da Associação foram fundamentais para a sedimentação duma tradição de proximidade entre a Congregação e os seus ex-alunos. Desse percurso feliz, avançou-se para a constituição formal da Associação dos Antigos Alunos do Verbo Divino, no dia 4 de Maio de 1975. Foi registada em Junho de 1976; antes, no dia 10 de Abril daquele mesmo ano, tinha sido lavrado assento notarial no cartório do consócio e ex-aluno, Dr. António Reis, em Salvaterra de Magos. O percurso das duas Instituições – Congregação dos missionários do Verbo Divino e Associação dos Antigos Alunos do Verbo Divino (AAVD) –, com especificidades próprias, tem-se feito com respeito mútuo. Da ligação recíproca tem resultado uma experiência positiva, alicerçada em valores cristãos e missionários que as duas Instituições procuram viver e implementar.

As direcções que se têm sucedido, com responsabilidades acrescidas sobre aqueles objectivos, quando informam e se aproximam das pessoas, têm colhido nos seus Encontros locais e nacionais a percepção da existência dum corpo associado suficientemente motivado para os grandes desígnios humanos e cristãos. Muitos se têm empenhado nessa caminhada. Momentos menos felizes não devem obnubilar os valores fundacionais que estiveram na génese dessas duas Instituições.

Os estatutos em vigor na Associação, aprovados em Assembleia Geral pela maioria dos sócios, mesmo com o desaparecimento do primeiro mentor espiritual e doutros membros que se mostraram dum empenho singular, permitirão avançar com maturidade suficiente para objectivos humanos e cristãos, indissociáveis dos desígnios missionários da Igreja.

A base económica da Província

As fundações verbitas portuguesas, com ligeiras variantes, não prescindiram do tradicional sistema de base económica, próprio do ancestral ordenamento monástico-conventual.

A tendência de implantação inicial pendeu para o prédio rústico ou logradouro confortável onde pudesse ser edificado o seminário com outros cómodos subservientes ao ordenamento religioso. Pensaram os confrades fundadores ter nessa forma de implantação uma base económica razoável para responder aos inevitáveis gastos do ordinário funcionamento dum seminário. Outros proventos viriam, certamente, da ajuda sacerdotal e doutras formas criativas que envolvessem pessoas dispostas a ajudar nos objectivos da obra nascente.

O esquema não era novo; por toda a Europa, os Institutos de fundação relativamente recente, particularmente os vocacionados para a actividade missionária da Igreja, funcionavam dentro daqueles moldes. Os subsídios de entidades oficiais, outrora distribuídos com largueza, tornaram-se cada vez mais escassos; a tradição liberal e republicana sedimentara nas elites intelectuais e politizadas uma mentalidade equidistante, pouco benevolente para com aquele género de actividades.

Na segunda parte do século XIX e início do século XX, o expansionismo colonial, na sua vertente política, tentou servir-se daquelas famílias religiosas. Seriam, na óptica de políticos moderados, uma presença pacífica e, ao mesmo tempo, postos avançados de interesses políticos, económicos e culturais dalgumas potências europeias que arbitrariamente estavam a demarcar zonas de influência e intervenção política noutros continentes. A precariedade e a insegurança, sentidas nos afastados territórios de Missão, tornaram quase inevitável a aceitação tácita dum regime de protecção. Os ancestrais regimes de padroado, que outrora persistiram nos territórios de missão dependentes de Espanha e Portugal, configuravam-se agora noutras formas e introduziam-se subrepticamente nesses protectorados emergentes.

A *Propaganda Fidei*, que desde a sua fundação (1622) tinha procurado espiritualizar e centralizar em Roma a Missão universal da Igreja, encontrava-se em conflito aberto com os padroados tradicionais. Decorrente disso, as Congregações missionárias, bastas vezes, bailaram entre a protecção e a independência possível. Essa posição pouco definida teve também o seu preço!

O P. Caio, após a compra da Quinta do Prazo e posterior adaptação das velhas estruturas ao funcionamento dum seminário, na mira dum desafogo económico, concorreu a subsídios e propôs-se a facilidades fiscais. As dificuldades que se lhe depararam, tiveram muito a ver com resquícios persistentes dum ancestral modelo de Igreja de padroado.

Felizmente, a solidariedade congregacional fez-se sentir e o percurso fundacional atingiu em pouco tempo índices de vitalidade respeitável. A abertura do seminário da Costa (Guimarães), como já foi referido, deveu-se a circunstâncias favoráveis. Também aí, um pouco mais tarde, avançar-se-á para uma estrutura mais sólida, indissociada duma exploração agrícola.

Para a fundação de Fátima, os raciocínios foram mais abrangentes. A especificidade do local apontava para a possibilidade duma actividade mais diversificada. A par do seminário menor, poder-se-iam agregar outros afazeres, centrados directa ou indirectamente na devo-

ção mariana. Um espaço para o acolhimento esteve praticamente sempre presente naquelas que inicialmente reflectiram a implantação verbita naquela localidade. A boa vontade de Roma e o entusiasmo que o projecto despertou nalguns confrades da América do Norte levaram o imaginário dos padres fundadores a amadurecer a convicção da viabilidade do projecto e da persistência duradoura do funcionamento daquela infra-estrutura.

Para a construção de Fátima não se insistiu muito na petição do subsídio estatal. O conselho do bispo de Leiria nessa matéria foi judicioso; pendia, de facto, para a independência e autonomia. Foi assim que, sem a ajuda estatal, se avançou para uma construção directamente dependente da Congregação. A não interferência exterior (do governo) permitiu a implantação dum edifício muito sólido, onde se puderam utilizar materiais nobres até então pouco utilizados nas construções da zona de Fátima. Se o subsídio estatal tivesse sido concedido, a intervenção técnica da Administração pública teria sido inevitável, como já tinha acontecido com outras construções coevas do nosso seminário.

Tudo indica que para a construção do novo seminário do Tortosendo houve por parte de Roma orientação clara para que os meios fossem encontrados em Portugal ou no Brasil. A decisão pronta do P. Caio de se dirigir ao Brasil, serenou a Cúria Geral; dessa forma, dava-se luz verde quanto à evolução rápida dos assuntos de Fátima.

A tarefa do P. Caio no Brasil não se antevia de fácil execução. Consciente disso, e para dar início rápido ao seu projecto, antes de embarcar, procurou assegurar um conjunto de bens nacionais, altamente apreciados no Brasil, que seriam levados consigo para o outro lado do Atlântico. Homem de contactos fáceis, conseguiu rapidamente dalgumas empresas, a título gracioso, um lote respeitável de vinhos de marca (Porto) e uma apreciável quantidade de azeite. A gestão desses assuntos tornou-o conhecido e até apreciado por algumas famílias da alta burguesia citadina. Serão essas mesmas que o ajudarão também em géneros e nas facilidades de frete para o transporte daqueles bens referidos.

Já no Brasil, procurou transaccionar de forma rentável aqueles produtos; numa fase posterior, recorrerá de forma imaginativa e audaz a uma campanha de angariação de fundos para as obras que se deveriam iniciar na Quinta do Prazo.

Com a conclusão das obras de Fátima (1955) e Tortosendo (1956), a Região, já com um número considerável de alunos e candidatos, para além dos magros proventos das explorações agrícolas, continuou a depender substancialmente dos subsídios que anualmente lhe eram atribuídos pela Cúria geral. Por motivos já referidos, o envolvimento da América do Norte na principal construção verbita de Portugal (Fátima) acabou por persistir, em modalidades várias, no período subsequente.

Essa dependência do exterior era sentida dentro e fora da Região. A autonomia económica, desejada por todos, pareceu quase inviável ao longo da década de cinquenta. Esse espartilho, teimosamente persistente, será seriamente reflectido pelo P. José Otto Popp no início do seu primeiro triénio de Regional (1959-1962).

A experiência que trazia do Brasil, particularmente aquela que colheu aquando do seu período de Provincial na zona Sul do Brasil, ser-lhe-á de muita utilidade em terras de Santa Maria. Já então, questões recorrentes do foro económico o tinham obrigado a recorrer a um grupo de benfeitores que da Alemanha se sensibilizavam por necessidades emergentes daquela vasta zona brasileira. Tudo isso transportou consigo e, em face da situação nova que encontrou em Portugal, procurará, já noutros moldes, fundar e consolidar uma liga de

benfeitores, denominada “Amigos de Fátima”. Esse grupo, de pendor manifestamente mariano, abrir-se-á à urgência da Missão da Igreja e disponibilizar-se-á de bom grado a dar suporte económico às estruturas formativas que em Portugal preparavam agentes para a actividade missionária da Igreja.

Esse projecto foi amadurecendo lentamente, indissociado da estruturação económica da Região portuguesa. A visita realizada a Portugal, no mês de Maio de 1959, do novo Superior Geral, P. João Schuette, estimulava os confrades nessa direcção. Se em Fátima se sonhava, em Roma aprontavam-se já projectos de grande envergadura (Nemi e Munique).

Por razões pedagógicas, o seminário de Fátima deveria funcionar, em princípio, como o principal pólo de formação dos futuros missionários do Verbo Divino. Decorrente disso, parecia ser normal a separação entre aquela unidade formativa e qualquer outra estrutura que se viesse a activar de natureza económica. Amadurecida a ideia, avançou-se para a compra da Pensão Iria, ligeiramente distante do seminário, e dalguns terrenos envolventes. A magnitude do novo projecto obrigou a um carteamo interessante entre Fátima, Roma e Chicago (P. Ralph SVD).

As referências que de Fátima chegavam a Roma, relatando o agrado de Chicago pela nova compra em Fátima, culminaram num desfecho favorável para a proposta portuguesa. Assim, por telegrama de 24 de setembro de 1960, o P. Superior Geral, João Schuette, permitia a compra proposta por Fátima. O P. Ralph, que tinha um outro entendimento, acabou por se conformar às decisões superiormente tomadas; desse modo, acabou por entrar no faseamento de solvência do contrato de compra acordado em Fátima com os proprietários da Pensão e das parcelas de terrenos adjacentes àquela unidade hoteleira.

No fim do ano de 1960, as aquisições em Fátima e a finalização da proposta de construção em Guimarães exigiram da Região uma actividade administrativa muito intensa. Essas duas frentes pediam ponderação e criatividade. Se para Guimarães os objectivos eram claros, em Fátima questionava-se a melhor forma de otimizar em termos verbitas o novo imóvel adquirido.

Para trás foram ficando ideias anteriormente ventiladas, mas que, por razões várias, se mostraram pouco exequíveis – como, por exemplo, a construção dum dormitório económico, a montagem dum cozinha popular, a construção duma editorial em terrenos pertencentes ao seminário, etc. Parte desse imaginário será transferido para as alterações que se irão efectuar na antiga Pensão Iria.

A primeira modificação deu-se com a construção adscrita à Pensão, conhecida por muitos anos por Editorial. Pretendeu-se com isso deslocar do edifício do seminário o sector de vendas de estatuária, medalhística, literatura religiosa e outros objectos de natureza piedosa a funcionar, inicialmente, por baixo do oratório do respectivo edifício.

Com aquela construção, avançou-se também com um salão de conferências colocado por cima da secção de vendas. Essas remodelações foram seguidas com muita atenção pelo bispo local. O espaço reservado para conferências, por sugestão do ordinário do lugar, deveria ser um auditório a facultar gratuitamente aos peregrinos, mormente aos que viessem do estrangeiro. As actividades ali efectuados repercutir-se-iam, sem dúvida, na dinâmica e espírito daquele imóvel.

A diversificação de actividades ali concentradas, de acentuada matriz religiosa, sugeria também a mudança do nome da casa. O P. Popp avançou com a sugestão e formulou de seguida o pedido ao bispo de Leiria. D. João Pereira Venâncio mostrou-se receptivo e permi-

tiu, de facto, a nova denominação – Casa Verbo Divino. Com o novo nome, colocava-se a questão da qualidade e do âmbito do serviço a prestar naquela unidade. O prelado leiriense, após troca de parecer com o núncio apostólico de então, Mons. Giovanni Panico, entendeu dever circunscrever o serviço de hospedagem a amigos e benfeitores da Congregação. O carteamo que se trocou, indica ter havido uma sintonia respeitável entre o bispo local e o superior Regional.

No ano seguinte, em 1961, com a conclusão das primeiras obras e o relançamento da liga dos Amigos de Fátima, o P. José Otto Popp pediu ao bispo de Leiria para transferir a sede do Regional para a Casa Verbo Divino. Também nesse pormenor houve acordo total. Já estabelecido ali, implementou o P. José Otto Popp uma respeitável organização, servida por um secretariado – Secretariado Missionário do Verbo Divino – que passou a ocupar-se da animação da liga dos Amigos de Fátima, toda ela virada para as grandes prioridades missionárias da Igreja e da Congregação, e da administração económica da Região portuguesa.

A Casa Verbo Divino e, posteriormente, a construção do Hotel, juntamente com o Secretariado Missionário foram, sem dúvida, a consolidação das primeiras intuições do P. Popp; em termos práticos, procurou aquele benemérito verbita uma consistente base económica para a Região/Província e a organização dum centro unificado que polarizasse a ideia e a generosidade de quantos se sentissem motivados pela obra evangelizadora da Igreja.

A construção do seminário de Lisboa, semi-inaugurado no dia 30 de Maio de 1997, foi também expressão da capacidade mobilizadora do Secretariado Missionário que, sem subestimar as habituais ajudas a que se tinha comprometido, se lançava e colaborava, mais uma vez, num projecto de grande envergadura.

Verbitas na fronteira da Missão

A Congregação dos missionários do Verbo Divino teve-se desde os primórdios da fundação portuguesa às grandes preocupações iniciais que pautaram as fundações missionárias do P. Arnaldo Janssen. Os primeiros edifícios da Congregação, apelidados por muitas décadas de casas missionárias, tiveram como meta primeira a preparação e o envio de padres e irmãos para os territórios de missão.

Os verbitas que implantaram a Congregação em Portugal ativeram-se a essas orientações; reconheceram-nas como específicas dum Instituto vincadamente virado para a Missão. Propuseram-se, dentro dum prazo razoável de tempo, consolidar uma infra-estrutura que permitisse o acolhimento, a formação e o envio de missionários para os territórios dependentes da Congregação.

A deslocação da Congregação para o continente africano continuava a ter uma expressão reduzida em face da urgência daqueles territórios; reflexo disso foram os contínuos apelos que de lá se dirigiam à Cúria geral da Congregação. A experiência missionária de Moçambique, vivida intensamente pela Congregação nos anos que precederam o primeiro conflito mundial, levou a Direcção Geral da Congregação a apostar seriamente em países de tradição missionária.

É nesse contexto que a opção Portugal passou a ser uma das prioridades já na parte final do governo geral do P. Grendel e, posteriormente, do seu sucessor, P. Aloísio Kappenberg.

A iniciativa do P. Grendel não se deveu a qualquer tipo de quebra no crescimento fulgurante da Congregação na década dos anos trinta. Consolidação e expansão foram duas vertentes sabiamente sopesadas pelas autoridades verbitas de Roma. A assessoria atenta do P. Miguel Schulien, grande conhecedor da área da missão, aquando da apreciação de novos territórios missionários, evitou entusiasmos fáceis ou acções ingénuas.

Esse grupo de reflexão e trabalho sabia distinguir bem a vertente tradicional dum passado rico de missionação, de que Portugal se podia orgulhar, da prática efectiva de Missão dos últimos 150 anos. O decrescer do ardor missionário, particularmente visível após a expulsão da Companhia de Jesus (1759) e, mais tarde, com a extinção dos Regulares em território nacional (1834), estava, neste meio de século vinte, a ter uma retoma após a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário entre Portugal e a Santa Sé (1940).

Foi justamente nesse período de razoável entusiasmo pelas “nossas missões” que muitos Institutos Missionários se esforçaram em afectar um número considerável de vocações em ordem à actividade missionária da Igreja. Essas Congregações, quase todas fundadas fora de Portugal, sem descartar a possibilidade dum empenhamento maior nos territórios ultramarinos portugueses, formavam os seus membros com propósitos de universalidade missionária.

As décadas que precederam a abertura do concílio Vaticano II constituíram um período de forte implantação religiosa no país; foram muitos os jovens que se sensibilizaram pela vida religiosa em ordem à missão. Muitas dessas vocações deram-se inicialmente por razões sociologicamente explicáveis; já na parte final de amadurecimento vocacional, prevaleceu o equilíbrio e o discernimento ponderado que os motivou a uma vida de consagração traduzida nas mais variadas actividades dentro da Igreja.

Nos anos sessenta, que coincidem com a celebração do concílio Vaticano II e posterior recepção, deram-se apreciadas transformações económicas, sociais e culturais que terão incidência significativa na vida dos seminários. Às novas mentalidades nem sempre se seguiu uma oportuna inovação na pastoral vocacional. A quebra de demanda para ingresso nos seminários menores produziu perturbação e perplexidade; várias instituições entraram numa situação de crise. O desconforto foi particularmente notório nas equipas pedagógicas responsabilizadas por seminários menores e maiores. O acerto, já noutros moldes, dar-se-á lentamente após reflexão e abertura aos novos tempos.

O percurso verbita em Portugal teve também muito a ver com as condições religiosas, sociais e culturais da sociedade portuguesa. Acompanhou-se desde o início da fundação o itinerário eclesial e missionário que se percepcionava na década de quarenta e cinquenta. Abriram-se em relativo pouco tempo várias casas, quase sempre por constrangimentos de infra-estruturas anteriores e, sobretudo, pela demanda sempre crescente duma população jovem que pedia ingresso no seminário.

Por duas décadas, com uma cadência razoável, tivemos um número aceitável de membros que se consagraram na Congregação como padres e irmãos. O funcionamento de quatro comunidades em território nacional podia ter levado os Superiores de então a confinar os verbitas portugueses a uma actividade tendencialmente exclusiva a território nacional. Tal não aconteceu!

Viveu-se com equilíbrio a inevitável dialéctica entre a consolidação interna e a necessidade de resposta ao contínuo apelo da Missão de além-fronteiras. A gestão desses dois valores foi positivamente equacionada. Se exceptuarmos o primeiro curso que deu dois membros à Congregação, todos os outros cursos subsequentes, aquando da sua profissão per-

pétua, se fraccionaram entre o trabalho de seminário em Portugal e a actividade missionária no exterior.

No exterior, privilegiou-se particularmente o território de Angola. A abertura daquela zona de África aos missionários verbitas no ano de 1966, a partir de Portugal, explicará em parte aquele fluxo natural de membros portugueses para aquele território. A afinidade linguística e o intercâmbio cultural que já então se fazia entre Portugal e aquele território ultramarino foram, sem dúvida, indícios propiciadores duma proximidade que se tem mantido até aos nossos dias.

De Angola avançou-se para o Brasil, Paraguai, Argentina, Congo, Gana, Togo, Benin, Canadá, Japão e Moçambique. Hoje, em virtude do intercâmbio missionário e da flexibilidade de acção eclesial que a todos se pede, a presença dos verbitas portugueses ainda continua expressiva em vários campos de além fronteiras. Cada um, aqui ou lá fora, procura inserir-se nas múltiplas dinâmicas evangelizadoras da Igreja, integrado na Congregação missionária do Verbo Divino. O enquadramento cultural e a sensibilidade por outras tradições religiosas têm-nos levado a reflectir e a avançar para novas frentes de missão.

Pulsações de uma Província

Os estatutos conferidos pelo Generalato às comunidades estabelecidas num determinado território corresponderam, regra geral, a expressões de vitalidade localmente visíveis. A constituição da Região Ibero-Lusitana (05/01/1951), que se manteria até 19 de Dezembro de 1956, correspondeu à fase de implantação verbita na península ibérica. A autonomização subsequente (Espanha e Portugal) significou o reconhecimento da especificidade de cada um dos dois territórios. Dessa forma, simplificava-se uma estrutura organizativa que, pela natureza das coisas, tinha alguma dificuldade em acompanhar de perto a actividade da Congregação em Espanha e Portugal.

A estrutura Regional manter-se-á em Portugal até 1973. No ano anterior, o Regional de então, P. José Garibaldi, eleito no dia 7 de Junho de 1971, propusera a Roma a elevação da Região portuguesa ao estatuto de Província. O pedido apoiou-se em critérios objectivos, anteriormente formulados por Roma, para que uma Região pudesse aceder ao estatuto de Província.

No decreto de 10 de Janeiro de 1973, que conferia o estatuto solicitado, o Generalato reconhecia as condições favoráveis da Região e, portanto, tidas por motivos suficientes para uma tal decisão. Dessas destacava-se o progressivo aumento de membros verbitas portugueses e a promissora base económica para o expediente normal das comunidades portuguesas. O acto administrativo significou um estímulo para uma presença mais criativa na forma de estar e fazer comunidade.

A década de sessenta, e início de setenta, tinha sido francamente boa em número de profissões perpétuas e ordenações. Uns permaneceram nas casas de Portugal, outros foram destinados à Missão. O seminário maior, após os percalços inesperados de fins de 1967 e a diáspora passageira por Espanha, constituía-se como grupo homogéneo respeitavelmente motivado para os objectivos da Congregação.

Todas essas circunstâncias, observadas a partir de Fátima, pólo principal das decisões verbitas, encorajaram os responsáveis a estabelecer de forma permanente o governo da Região na casa de Lisboa, recentemente adquirida. Seria, na óptica de então, um factor estabilizador numa casa nova, onde as prefeituras instituídas procuravam ainda linhas de orientação para aquela etapa de formação.

Razões pedagógicas posteriores aconselharam outros rumos; formação e orientação superior reclamavam áreas específicas de actuação; nesse sentido, e com muita naturalidade, o Conselho Provincial, num ano particularmente turbulento – o de 1974 –, com data de 15 de Julho, pedia a Roma a transferência do Provincial para a casa de Fátima; um mês mais tarde, pronuncia-se já o Conselho Geral, mostrando pleno acordo à proposta que lhe tinha sido presente. Ali permanecerá até ao ano de 1995. Regressado novamente a Lisboa, transitando ainda por dois anos por Benfica, encontra-se hoje no seminário de Lisboa, integrado no respectivo imóvel, inicialmente pensado para várias valências.

A Província portuguesa e a espanhola, dentro da autonomia que a orgânica lhes confere, têm feito um percurso histórico de proximidade assinalável. Os momentos altos da Congregação têm sido aproveitados para as duas comunidades estreitarem laços de amizade e cooperação. A festa centenária da Congregação (1975) não desmereceu desse dinamismo ibérico. Nesse evento jubilar reuniram-se as duas Províncias em Fátima. Houve todo um programa a condizer com o momento celebrativo daquele ano. Ficou-se com a sensação que a partir daqueles dias memoráveis de Fátima algo de mais consistente deveria acontecer entre as duas Províncias.

O primeiro projecto sólido de conjunto, e que tem persistido até aos nossos dias, deu-se no ano de 1980/81 quando começou a funcionar em Dueñas (Palencia-Espanha) o noviciado conjunto para os dois territórios. A iniciativa teve efeito multiplicador. Os anos têm registado muitos encontros de programação e trabalho; hoje, pode dizer-se que uma boa parte da acção das duas Províncias reflecte, sem dúvida a troca oportuna de experiências que de ambos os lados se percebem como caminhos novos numa presença verbita na Península Ibérica.

Essa dinâmica conjunta ajudou a superar, no fim da década de oitenta, a contingência numa crise vocacional notoriamente verificada nos dois países. Fizeram-se encontros, estudos e reflexões; ninguém felizmente cruzou os braços perante as novas realidades; apostou-se de forma renovada nas prioridades identificadoras das duas Províncias: pastoral vocacional, formação de jovens candidatos à vida religiosa e animação missionária na igreja local; assumiram-se novas frentes de trabalho decorrentes das últimas orientações da Igreja e da Congregação: áreas de actividade paroquial – o concelho de Almodôvar em Outubro de 1993, com as suas oito freguesias que há muito careciam dum atendimento religioso próximo do desejável.

Após sete anos de contactos entre o bispo de Beja e a Congregação do Verbo Divino, deu-se o início formal da nossa presença naquelas terras alentejanas. Tudo aconteceu de forma muito simples: no Domingo de 17 de Outubro de 1993, D. Manuel Falcão, bispo de Beja, em missa solene, instituiu como pároco daquela vasta zona o P. Agostinho Saldanha de Oliveira, ficando o P. Américo Meneses Ribeiro como vigário daquela zona paroquial.

Alguns anos mais tarde, avançámos com responsabilidades acrescidas para as terras de Sacavém-Loures; a necessidade dum atendimento religioso mais próximo e organizado es-

teve por trás da confluência de metas comuns, acarinhadas pelo Patriarcado de Lisboa e pela Congregação do Verbo Divino; dessa motivação, resultou a erecção formal da nova paróquia de S. Pedro do Prior Velho; a tomada de posse do primeiro pároco, P. Valentim Gonçalves de Oliveira, deu-se no Domingo Mundial das Missões, a 17 de Outubro de 1999; D. Januário Torgal, na qualidade de representante do Senhor Patriarca, presidiu e apresentou o novo pároco à comunidade que festivamente expressava a sua alegria.

O apostolado bíblico, a sensibilização por causas que defendam os legítimos interesses de minorias étnicas e a inserção nas dinâmicas de procura da justiça e da paz continuam a ser caminhos prioritários na expressão de hoje ser verbita em Portugal e no mundo. Essas novas vertentes têm tido repercussões benéficas nas zonas periféricas da capital (Lisboa e Madrid).

O seminário de Fátima, pela sua localização e espírito dos fundadores, cedo se vocacionou para o acolhimento de pessoas e peregrinos que demandavam o Santuário de Fátima. Inicialmente, deu-se preferência a membros da Congregação ou a pessoas ligadas a actividades da família verbita. Essas facilidades na hospedagem reflectiram-se espontaneamente em generosas ofertas que muito contribuíram para a manutenção do seminário.

Com a aquisição da antiga Pensão Iria e os melhoramentos subsequentes que ali se verificaram, a demanda tradicional de hospedagem e acolhimento no seminário persistiu. A magnitude do imóvel permitia dar cabal satisfação a essas duas actividades. A prioridade que se dava à formação dos seminaristas foi-se, de facto, compaginando com aquela actividade paralela. O espírito de família, que então se cultivava, muito ajudou a obviar a um ou outro inconveniente que já então se fazia sentir.

O estatuto de peregrino de Fátima e a benevolência para com pessoas que ajudavam o seminário, criou, sem dúvida, no corpo dos alunos uma compreensão respeitável por aqueles homens e mulheres que entravam pela casa dentro; expressão dessa harmonia foi um sem número de pequenos gestos e prestação de serviços de padres e alunos que muito contribuíram para o alargamento do ideal verbita a pessoas de dentro e fora de Portugal.

Numa fase posterior, com a diminuição dos internos e a pressão exterior de encontrar no seminário de Fátima um local para pernoitar e desenvolver outro tipo de actividades religiosas, deram-se grandes transformações. A área reservada aos alunos foi beneficiada consideravelmente; devolveram-se ao internato condições óptimas para desenvolver uma acção de formação condizente com as novas pedagogias.

A par disso, a zona reservada ao acolhimento de peregrinos e a outros grupos de Igreja remodelava-se em ordem ao bom funcionamento de pontuais acções de formação. Para além dos quartos, racionalizaram-se outros espaços reservados à restauração e actividades grupais. Deu-se uma nova configuração ao salão nobre e arrumaram-se cómodos adjacentes que, no seu todo, articulam-se razoavelmente com as normais exigências duma actividade de salão/auditório, onde a cadência de trabalho se intercala necessariamente com outros momentos de distensão e informalidade.

O modelo de Fátima não passou globalmente para as outras casas. Cada uma, com a sua especificidade própria, teve também obras de beneficiação que lhe permitiram implementar objectivos localmente sentidos como resposta aos desafios da formação e da Igreja local.

Os critérios na admissão de novos alunos e a tendência observada na década de oitenta de se dar uma ligeira quebra na procura dos seminários foram motivos suficientes para se entrar em obras e alterar os espaços utilizados pelos internos; da obra feita, ficou-se com a sensação dum espaço mais acolhedor e mais apropriado para o acompanhamento vocacional. Foi dessa forma que em Guimarães e Tortosendo se abandonou o sistema de camaratas e doutros espaços massificadores para se avançar para compartimentos mais familiares.

A parte sobranete dessas casas, habitualmente já não utilizada pelos alunos teve também intervenção de beneficiação. O critério de alteração nessas zonas teve muito a ver com a procura que se fazia sentir na igreja local. O dinamismo diocesano, em parte estimulado pelos nossos bispos, teve e continua a ter repercussões em grupos e movimentos locais com forte ligação à Igreja. Sentiu-se como nunca um sadio apetite por acções de formação e de convívio fraterno. A explosão dessas novas dinâmicas requereu inevitavelmente locais apropriados que subsidiassem esse revigoroamento cristão.

Da confluência desse conjunto de circunstâncias, os nossos seminários acabaram por sofrer adaptações de valências várias em ordem a colmatar exigências verbitas e pulsações da igreja local.

As casas do Verbo Divino em Portugal, na última década, com as alterações referidas, tornaram-se, sem dúvida, espaços mais acolhedores. A descaracterização não aconteceu. Recuperou-se a matriz missionária que continua a ser a força unificadora e motivadora dos verbitas em Portugal e no mundo. Dessa evolução resultou uma consciência do real sentido da nossa presença nas várias zonas de Portugal. E esse, a todos os títulos, terá sempre significado se formos autênticos missionários do Verbo Divino.

As comunidades do Verbo Divino, esparsas pelo país, continuam a ser espaços onde se cultiva o discernimento e o acompanhamento vocacional de jovens seminaristas ou candidatos a irmãos que projectem aderir ao ideal da Congregação missionária do Verbo Divino; são igualmente lugares sensíveis e abertos a iniciativas de grupos (adolescentes, jovens e adultos) que pretendam aprofundar e celebrar a sua fé; são, sobretudo, lugares onde nas mais variadas actividades que lá se fizerem, se deve afirmar a vitalidade sempre nova do Evangelho de Jesus Cristo.